



Universidade do Estado do Rio de Janeiro

Centro de Tecnologia e Ciências

Instituto de Geografia

Thaís Ferreira Xavier

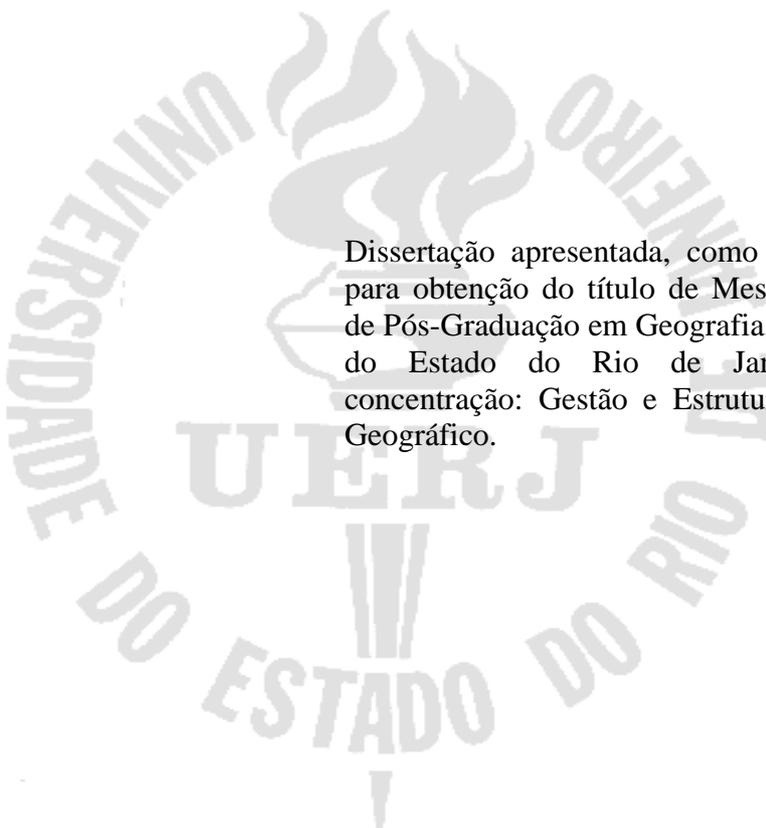
**Do território do cárcere ao território da proteção da natureza:
conflitos no Parque Estadual da Ilha Grande, Angra dos Reis (RJ)**

Rio de Janeiro

2009

Thaís Ferreira Xavier

**Do território do cárcere ao território da proteção da natureza:
conflitos no Parque Estadual da Ilha Grande, Angra dos Reis (RJ)**



Dissertação apresentada, como requisito parcial para obtenção do título de Mestre, ao Programa de Pós-Graduação em Geografia, da Universidade do Estado do Rio de Janeiro. Área de concentração: Gestão e Estruturação do Espaço Geográfico.

Orientadora: Prof^ª. Dr^ª. Sonia Vidal Gomes da Gama

Rio de Janeiro

2009

CATALOGAÇÃO NA FONTE
UERJ / REDE SIRIUS / BIBLIOTECA CTC/C

X3

Xavier, Thaís Ferreira.

Do território do cárcere ao território de proteção da natureza : conflitos no Parque Estadual da Ilha Grande, Angra dos Reis (RJ) / Thaís Ferreira Xavier. – 2009. 120 f.

Orientadora: Sonia Vidal Gomes da Gama.

Dissertação (Mestrado) - Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Instituto de Geografia.

Bibliografia.

1. Parque Estadual da Ilha Grande (RJ) - Teses. 2. Área de conservação de recursos naturais – Grande, Ilha (RJ) - Teses. 3. Proteção ambiental – Rio de Janeiro (Estado) - Teses. I. Gama, Sonia Vidal Gomes da. II. Universidade do Estado do Rio de Janeiro. Instituto de Geografia. III. Título.

CDU 502(815.3)

Autorizo, apenas para fins acadêmicos e científicos, a reprodução total ou parcial desta tese.

Assinatura

Data

Thaís Ferreira Xavier

**Do território do cárcere ao território da proteção da natureza:
conflitos no Parque Estadual da Ilha Grande, Angra dos Reis (RJ)**

Dissertação apresentada, como requisito parcial para obtenção do título de Mestre, ao Programa de Pós-Graduação em Geografia, da Universidade do Estado do Rio de Janeiro. Área de Concentração: Gestão e Estruturação do Espaço Geográfico.

Aprovada em: 12 de maio de 2009

Banca Examinadora:

Prof^ª. Dr^ª. Sonia Vidal. Gomes da Gama (Orientadora)

Instituto de Geografia da UERJ

Prof. Dr. Miguel Ângelo Campos Ribeiro

Instituto de Geografia da UERJ

Prof^ª. Dr^ª. Carla Maciel Salgado

Faculdade de Formação de Professores da UERJ

Prof^ª. Dr^ª. Mônica dos Santos Marçal

Instituto de Geociências da UFRJ

Rio de Janeiro

2009

AGRADECIMENTOS

Gostaria de agradecer a UERJ pela realização de trabalhos de campos, através do seu Centro de Estudos Ambientais e Desenvolvimento Sustentável (CEADS) e aos funcionários do CEADS por receber com muito carinho e atenção, dando toda a infra-estrutura necessária para a pesquisa. Aos moradores da Ilha Grande, em especial, a Seu Júlio, que contribuiu de forma significativa na realização da dissertação, contando um pouco da história da Ilha Grande e servindo de guia e protetor em longas caminhadas por trilhas fechadas e cheias de cobras. Gostaria de agradecer a todos os professores e amigos que ao longo desta caminhada ajudaram na realização deste trabalho, em especial, aos professores Jorge Marques e Miguel Ângelo, cujas disciplinas foram de grande importância para o desenvolvimento da análise. Agradeço a professora Sônia Vidal pelo carinho, respeito e dedicação na orientação da dissertação e, também, pelos trabalhos de campo, pelas produtivas conversas no horário de almoço, sugestões e bom senso. Sinto-me muito feliz por participar do grupo de estudos que coordena. Agradeço aos companheiros do grupo Flávia, Thalita, Nathália, Renata, Ingrid, Letícia e a todos do grupo. Além de competentes pesquisadores são excelentes companheiros e amigos. Agradeço de forma muito especial à minha mãe e ao meu pai pelo incentivo e pelas palavras de conforto e carinho. Ao meu irmão cuja alegria, sempre estampada no rosto, contagia. Ao João, pelo carinho, afeto, paciência e compreensão em todas minhas ausências em razão dos trabalhos de campo, por sua calma e sensatez.

É o uso do território, e não o
território em si mesmo, que faz
dele objeto de análise social.

Milton Santos

RESUMO

XAVIER, Thaís Ferreira. *Do território do cárcere ao território de proteção da natureza: conflitos no Parque Estadual da Ilha Grande, Angra dos Reis (RJ)*. 2009. f. Dissertação (Mestrado em Geografia) – Instituto de Geografia, Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2009.

A existência de atividades carcerárias na Ilha Grande, localizada no sul do estado do Rio de Janeiro (município de Angra dos Reis) é bem antiga. O Instituto Penal Cândido Mendes, localizado na vila de Dois Rios, enquanto em atividade, tornou famosa a Ilha Grande, que era conhecida como “Ilha Cárcere”. O presídio Cândido Mendes era grande organizador do espaço e, por consequência, de boa parte das relações sócio-econômicas na Ilha Grande. A construção da rodovia Br 101 (Rio - Santos) na década de 1960, a criação do Parque Estadual da Ilha Grande em 1971 e o fechamento do presídio Instituto Penal Cândido Mendes em 1994 marcaram o fim da atividade carcerária na Ilha Grande e o início da atividade turística e o uso prioritário para a proteção ambiental. A mudança de uso correcional para usos de proteção ambiental e turístico, implementada pelo Estado, trouxe reorganização do espaço da comunidade e da Ilha e o surgimento de conflitos territoriais ligados às questões ambientais, sendo objeto de análise e reflexão deste estudo.

Palavras-chave: Território. Unidades de conservação. Parque Estadual da Ilha Grande. Vila de Dois Rios

ABSTRACT

The existence of activities prison in Ilha Grande, located in the southern state of Rio de Janeiro (municipality Angra dos Reis) is very old. The Cândido Mendes Penitentiary, located in Vila de Dois Rios, as in activity, became famous in Ilha Grande, which was known as "Jail Island". The Cândido Mendes prison was the great organizer of the space and, consequently, of a good part of the economic relations in Ilha Grande. The construction of highway BR 101 (Rio-Santos) in the 1960s, the creation of the Parque Estadual da Ilha Grande in 1971 and the closing of the Instituto Penal Cândido Mendes prison in 1994 marked the end of the activity in the Ilha Grande prison and the beginning of tourist activity and the priority use for environmental protection. The change of use from correctional purpose for environmental protection and tourism, implemented by the State, has reorganized the community space and the emergence of territorial disputes related to environmental issues, being the object of analysis and reflection in this study.

Keywords: Territory. Protected áreas. Parque Estadual da Ilha Grande. Vila de Dois Rios

LISTA DE ILUSTRAÇÕES

Mapa 01	Mapa de localização do município de Angra dos Reis e da Ilha Grande.....	12
Mapa 02	Localização do Parque estadual da Ilha Grande e da Vila de Dois Rios..	14
Figura 01	Esquema das etapas da pesquisa	19
Quadro 01	Uso e ocupação da Ilha Grande	52
Mapa 03	Unidades de conservação da Ilha Grande	55
Figura 02	Área de Proteção Ambiental dos Tamoios.	58
Figura 03	Reserva Biológica Praia do Sul	58
Figura 04	Parque Estadual Marinho do Aventureiro.	60
Figura 05	Parque Estadual da Ilha Grande	60
Figura 06	Esgoto lançado sem tratamento pelas pousadas na vila do Abraão.....	63
Figura 07	Depredação do patrimônio cultural (Ruínas do antigo lazareto).	63
Figura 08	Ruínas da antiga fábrica de sardinha	63
Figura 09	Ruínas do aqueduto.	63
Figura 10	Organograma dos atores sociais da Ilha Grande.	65
Figura 11	Imagem do Lazareto na chegada da Ilha	74
Figura 12	Gravura do antigo Larazeto. Visada Lateral	74
Figura 13	Gravura do antigo Larazeto. Visada Diagonal	74
Figura 14	Planta cadastral da vila de Abraão	74
Figura 15	Vista do complexo do IPCM.	75
Figura 16	Vista do pátio. Interior do IPCM.	75
Figura 17	Fotografias da Penitenciária Cândido Mendes (Diferentes perspectivas)	81
Mapa 04	Território do cárcere	83
Figura 18	Festas no presídio.	87
Figura 19	Presos trabalhando na manutenção da estrada.	88
Figura 20	Trabalho na comunidade de Dois Rios.	88
Figura 21	Chegada de presos na vila de Abraão	88
Figura 22	Desembarque no porto de Abraão	88
Figura 23	Projeto do complexo turístico na vila de Dois Rios.....	91
Figura 24	Críticas e manifestações da comunidade contra a decisão de implosão	

	do presídio.....	93
Figura 25	Sede do INEA.....	93
Figura 26	Projeto de mudas da Mata Atlântica.....	97
Figura 27	Sede da polícia militar na Ilha Grande.	97
Figura 28	Guarita do PEIG.....	97
Figura 29	Antigo centro de convenções e atual casa de hospedagem do diretor do CEADS.....	97
Figura 30	Antiga escola e atual biblioteca pública do Projeto ECOMUSEU.....	98
Figura 31	Reformas na área do Abraão. Substituição por placas novas e educativas.....	98
Figura 32	Placas de sinalização depredadas (Abraão - Dois Rios).....	99
Figura 33	Armadilhas apreendidas dentro da área do Parque.	99
Figura 34	Movimento de terra da trilha do atalho Abraão-Dois Rios	100
Figura 35	Garagem do CEADS.....	100
Quadro 02	Posse das terras na área do PEIG	101
Figura 36	Vista da frente do CEDAS	102
Mapa 05	Território de Proteção da natureza	106
Figura 37	Transformações na vila de Dois Rios	111

SUMÁRIO

	INTRODUÇÃO	11
1	TERRITÓRIO, CÁRCERE E UNIDADES DE CONSERVAÇÃO	24
1.1	Território e territorialidade	24
1.2	Prisões e Cárceres	29
1.3	Unidades de Conservação	32
1.4	Território e Unidade de Conservação	44
2	ILHA GRANDE: ESPAÇO, SOCIEDADE E NATUREZA	49
2.1.	Características Físicas	49
2.2	Aspectos Históricos	51
2.3	As unidades de conservação da Ilha Grande	54
2.4	Turismo e impactos ambientais da atividade	61
2.5	Instituições, organizações e atores	63
3	DO TERRITÓRIO DO CÁRCERE AO TERRITÓRIO DE PROTEÇÃO DA NATUREZA	73
3.1	Breve história do Instituto Penal Cândido Mendes	73
3.2	As fronteiras do território	80
3.3	Dinâmica e relações socioespaciais na comunidade de Dois Rios	85
3.4	A desativação do presídio	89
3.5	A Universidade do Estado do Rio de Janeiro	93
3.6	O Parque Estadual da Ilha Grande	95
3.7	Redefinição do território: do cárcere à proteção da natureza	102
3.8	Os conflitos no Parque Estadual da Ilha Grande	108
	CONSIDERAÇÕES FINAIS	113
	REFERÊNCIAS	116

INTRODUÇÃO

As unidades de conservação (UCs) são áreas territoriais com funções específicas para proteção da natureza, seja pela preservação e/ou conservação. As UCs possuem graus diferenciados de restrição, dispendo de determinações no que tange a utilização dos seus atributos naturais e do uso e ocupação.

No Brasil, a maioria das unidades de conservação foram criadas nas décadas de 1970 e 1980. Escolhidas como principal ação política de proteção à natureza no país, predominou até poucas décadas, a preferência pela criação de unidades de conservação do tipo “preservacionista”, que restringe ou impedem a presença de moradores no interior da área core. Atualmente, as unidades de conservação criadas, em sua totalidade, são do tipo “conservacionista”, isto é, permitem a presença de populações em seu interior. Essa mudança deveu-se aos inúmeros conflitos observados entre as populações locais e as imposições legais existentes quando da implementação das UCs do tipo “preservacionistas”.

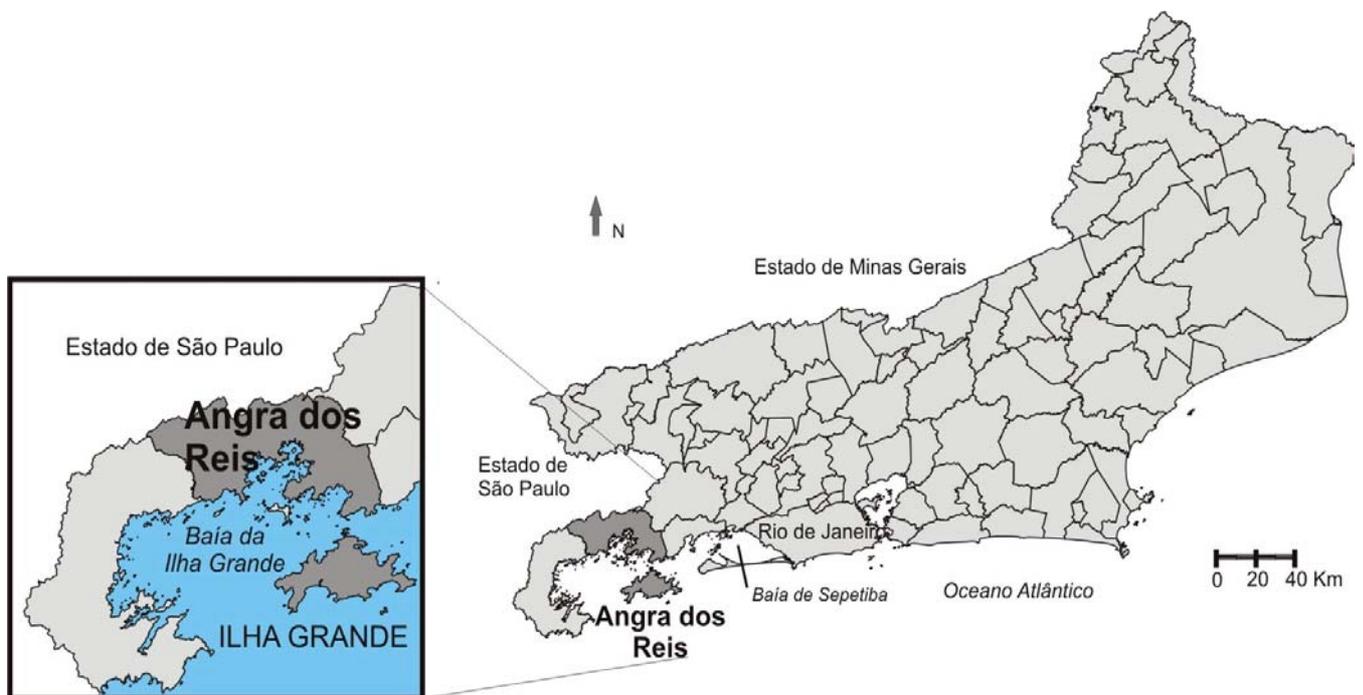
Apesar da exigência por ausência de moradores nas unidades de conservação do tipo “preservacionista”, grande parte destas unidades teve e tem seus limites sobrepostos às áreas das populações locais, criando conflitos de interesse entre os grupos sociais inseridos, que querem permanecer no local e os órgãos gestores. Em muitos casos, a criação desses espaços protegidos acarretam disputas traumáticas com as populações locais, uma vez que a implementação da UC implica na desapropriação das populações e/ou na restrição das ações e práticas espaciais no seu interior.

O Parque Estadual da Ilha Grande, localizado na Ilha Grande, é um exemplo, embora implementado ainda defronta-se com conflitos envolvendo a população no seu interior, conforme observado na área das comunidades de Dois Rios, sendo objeto de análise e reflexão deste estudo.

Esta dissertação foi motivada pela participação em atividades de ensino e pesquisa

na Ilha Grande desenvolvidas na graduação e, posteriormente, na pós-graduação na Universidade do Estado do Rio de Janeiro junto ao Núcleo de Ensino e Pesquisa em Planejamento Territorial (NEPPT), do Instituto de Geografia da UERJ, que desenvolve pesquisas ambientais envolvendo unidades de conservação (UCs) no estado do Rio de Janeiro e está em concordância com a Linha de Pesquisa “Mudanças Ambientais e Qualidade de Vida” do Programa de Pós-graduação em Geografia (PPGG).

Considerada patrimônio nacional, a Ilha Grande está localizada na região administrativa da Baía de Ilha Grande, também conhecida como Costa Verde, no município de Angra dos Reis, no sul do Estado do Rio de Janeiro (Mapa 1). A Ilha possui um dos maiores remanescentes de Mata Atlântica do estado e grande geodiversidade com costões, praias, rios, lagoas, restingas, manguezais e biodiversidade de fauna e flora, tendo, atualmente, o turismo como principal atividade econômica.



Mapa 01 : Mapa de localização do município de Angra dos Reis e da Ilha Grande. Fonte: www.cide.rj.gov.br.

Este importante cenário ambiental, nas últimas décadas do século XX até o presente, vem manifestando problemas e impactos que tem como causas principais a falta de ordenação no uso e ocupação do espaço da Ilha, o crescimento da atividade turística sem planejamento adequado, disputas sobre a gestão local e a incapacidade de implementação de políticas territoriais efetivas.

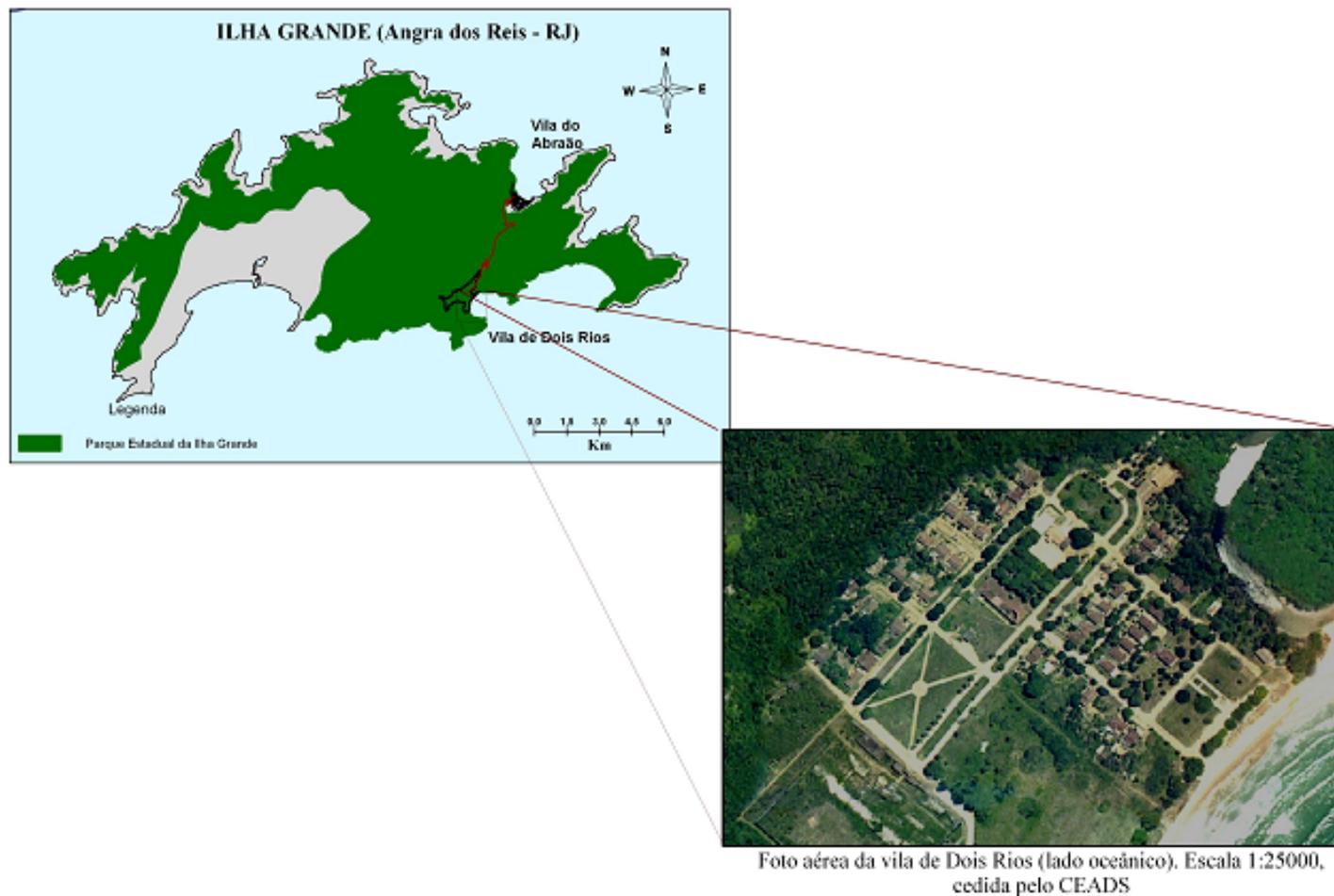
A emergência do tema ambiental no cenário nacional, com repercussões locais, induziu a criação de inúmeras unidades de conservação na Ilha Grande, como forma de conter e minimizar a degradação ambiental. Ao mesmo tempo em que instituíam as UCs na ilha emergiram conflitos entre os interesses das populações e o Poder Público.

O recorte espacial dessa pesquisa é o Parque Estadual da Ilha Grande, na área da vila de Dois Rios, que se localiza no lado sul (voltado para o oceano) da Ilha Grande (Mapa 02). A vila de Dois Rios se comunica com Abraão (principal porto da Ilha) através da antiga estrada do presídio (principal acesso à vila) e a outras vilas e praias através de trilhas (antigas estradas que foram tomadas pela vegetação).

Dois Rios já foi a principal vila da Ilha Grande, na época em que abrigava o Instituto Penal Cândido Mendes (IPCM). Até 1994, data da demolição da prisão, a vila contava com uma significativa dinâmica de infra-estrutura graças à atividade de apoio ao IPCM como a agricultura, a produção de energia elétrica, a pesca, a produção de tijolos na olaria.

O IPCM tornou famosa a vila de Dois Rios e a Ilha Grande, que era conhecida como “Ilha Cárcere”. Os jornais da época noticiavam constantes fugas, assaltos aos moradores dentre outros delitos praticados pelos fugitivos. Enquanto em atividade, o presídio, era o grande organizador do espaço e, por consequência, das relações sócio-econômicas na Ilha Grande.

MAPA DE LOCALIZAÇÃO DA VILA DE DOIS RIOS



Mapa 02:Localização do Parque Estadual da Ilha Grande e da Vila de Dois Rios

O funcionamento do presídio fazia do governo estadual, necessariamente, o principal agente delimitador e definidor de uso e ocupação, submetendo à sua ação não só o espaço físico, mas também a comunidade de Dois Rios e da Ilha Grande. Por outro lado, a presença do Estado, através do presídio, foi o grande responsável pelo não desenvolvimento econômico e turístico na Ilha (IVT, 2009). Esse isolamento trazido pelo funcionamento do presídio permitiu que grande parte da floresta, degradada pelas antigas atividades econômicas, como a extração e a lavoura, se regenerasse; atingindo, atualmente, elevado estágio sucessional..

A construção da rodovia BR 101 (Rio-Santos) na década de 1960, a criação de unidades de conservação a partir da década de 1970 e o fechamento do presídio em 1994 marcaram o fim da atividade carcerária na Ilha Grande e o início da atividade turística e o uso prioritário para a proteção ambiental. A mudança de uso correcional para usos de proteção ambiental e turístico, implementada pelo Estado, através das mudanças de políticas territoriais, trouxe reorganização do espaço da comunidade de Dois Rios e da Ilha, além do surgimento conflitos territoriais ligados às questões ambientais.

A criação do Parque Estadual da Ilha Grande, em 1971, representou um marco das políticas territoriais ambientais na Ilha Grande. Posteriormente ao parque, outras unidades de conservação foram criadas como a Reserva Biológica da Ilha Grande, Área de Proteção Ambiental dos Tamoios, dentre outras; fazendo com que a população da Ilha passasse a viver dentro ou no entorno dessas áreas protegidas.

A Ilha Grande, aos poucos, se descaracterizava como “Ilha Cárcere” e empresários do turismo interessaram-se pela construção de grandes complexos turísticos com projetos para instalação de *resorts*, hotéis de luxo e a infra-estrutura necessária ao funcionamento das atividades ligadas ao setor. No entanto, os interesses foram de encontro a uma extensa legislação (leis, decretos e normas) voltada para a proteção da natureza e de grande resistência

por parte da população que exigia a manutenção das atividades ligadas ao complexo penitenciário (VALLEJO, 2005).

A demolição do presídio (1994) e a emergência das novas atividades (proteção ambiental e turismo) deslocaram a centralidade de Dois Rios, que era mantida pelo poder de polarização do presídio, para a vila de Abraão passando a ser reconhecida como “capital” da Ilha Grande, onde se localizam o porto de entrada para os principais, serviços oferecidos (restaurantes, pousadas, comércio) e a sede de importantes órgãos públicos atuantes na Ilha.

A área do Parque Estadual da Ilha Grande, que abrangia inicialmente as terras dos distritos de Abraão e Araçatiba excluindo os terrenos do complexo presidiário na vila de Dois Rios, passou a incorporá-los com a expansão do Parque (unidade de conservação de uso restritivo) em 1996. Essa mudança acarretou o surgimento de vários transtornos, instalando um enfrentamento entre os usos anteriores a demolição do presídio pela comunidade e os interesses externos determinados pelo poder público para a área estabelecida, agora, como unidade de conservação, com interesse ecológico/biológico.

A hipótese que norteia este trabalho é que a apropriação da área da comunidade de Dois Rios, com o objetivo de garantir a manutenção de suas funções ecológicas, biológicas, cênicas, além dos diversos discursos criados na defesa da natureza produziram uma reordenação territorial, destituindo sua antiga função e tornando-o agora como lugar de intervenção ou gestão do meio ambiente. Criou um outro espaço de poder, apropriação e uso, enfim, um território. Este território institucionalizado pelas leis ambientais possui uma função específica: a proteção da natureza, o chamado território da proteção da natureza. O território de proteção da natureza criado não diminuiu a ação do Estado no controle da área, apenas modificou a função do exercício do poder: do uso correccional para o uso de proteção

ambiental, impondo novas normas e condutas aos grupos sociais inseridos atualmente na área protegida e não mais no Complexo Presidiário.

Em razão da sua condição histórica como cárcere e posterior uso para o turismo e proteção, a vila de Dois Rios adquiriu característica própria. Foram mudanças de ordem política, econômica, social, e no meio físico que proporcionam um amplo e complexo debate que ainda carece de aprofundamento e extensão.

Nessa perspectiva, o trabalho tem como objetivo principal analisar o Parque Estadual da Ilha Grande identificando as transformações, os conflitos territoriais e de gestão a partir da anexação da vila aos limites do parque. Busca-se, desse modo, contribuir nas pesquisas geográficas que envolvam a análise das unidades de conservação à luz do conceito de território e dos conflitos de gestão entre os atores sociais na apropriação, uso e organização desses espaços.

Para fundamentar a hipótese levantada e alcançar o objetivo da pesquisa, o trabalho cumpre os seguintes objetivos específicos: identificar os marcos transformadores do território (do presídio ao parque), identificar os conflitos territoriais/ambientais e os conflitos de gestão entre os atores sociais desencadeados com o estabelecimento da categoria de unidade de conservação Parque na área da comunidade.

A identificação dos marcos transformadores do território passa por dois momentos distintos que refletem diferentes políticas territoriais para a área em estudo. O primeiro momento caracteriza-se como território do cárcere, cuja dinâmica e diretrizes das políticas territoriais remontam a época do Instituto Penal Cândido Mendes e; o segundo momento caracteriza-se pelo estabelecimento do território de proteção da natureza, com a expansão do Parque Estadual da Ilha Grande para os limites da vila de Dois Rios, concomitantemente, com a instalação física da Universidade do Estado do Rio de Janeiro, na Vila Dois Rios, fortalecendo o uso de proteção ambiental estabelecido para a área. Para tal, foi necessário:

- 1- Apresentar os principais temas norteadores do estudo: território, territorialidade, instituições carcerárias e unidades de conservação;
- 2- Analisar e sintetizar a criação das unidades de conservação na Ilha Grande, com destaque para o Parque Estadual da Ilha Grande(PEIG) e sua posterior expansão para os limites da vila de Dois Rios;
- 3- Identificar os atores sociais da Ilha, em especial da Vila Dois Rios, inseridos nos limites do parque;
- 4- Elaborar mapas temáticos : “ O território do cárcere” e “O território de proteção da natureza”, delimitando suas fronteiras e/ou limites;
- 5- Sintetizar os conflitos identificados em relação ao Parque Estadual da Ilha Grande na área da vila de Dois Rios, destacando as transformações na comunidade;
- 6- Integrar os dados e realizar a análise final.

Esta pesquisa associou estudos e metodologias distintas na investigação dos conflitos territoriais/ambientais e de gestão na implementação do PEIG, e das transformações espaciais decorrentes, na vila de Dois Rios.

As etapas para a elaboração da pesquisa abrangeram procedimentos como: pesquisas bibliográficas e documentais, observação direta da ação cotidiana e registro em diário de campo; depoimentos, história oral e entrevistas. As estratégias de levantamentos foram estabelecidas obedecendo à natureza dos dados (primários, secundários ou múltiplos), propiciando uma análise integrada, conforme apresentado na figura 01.

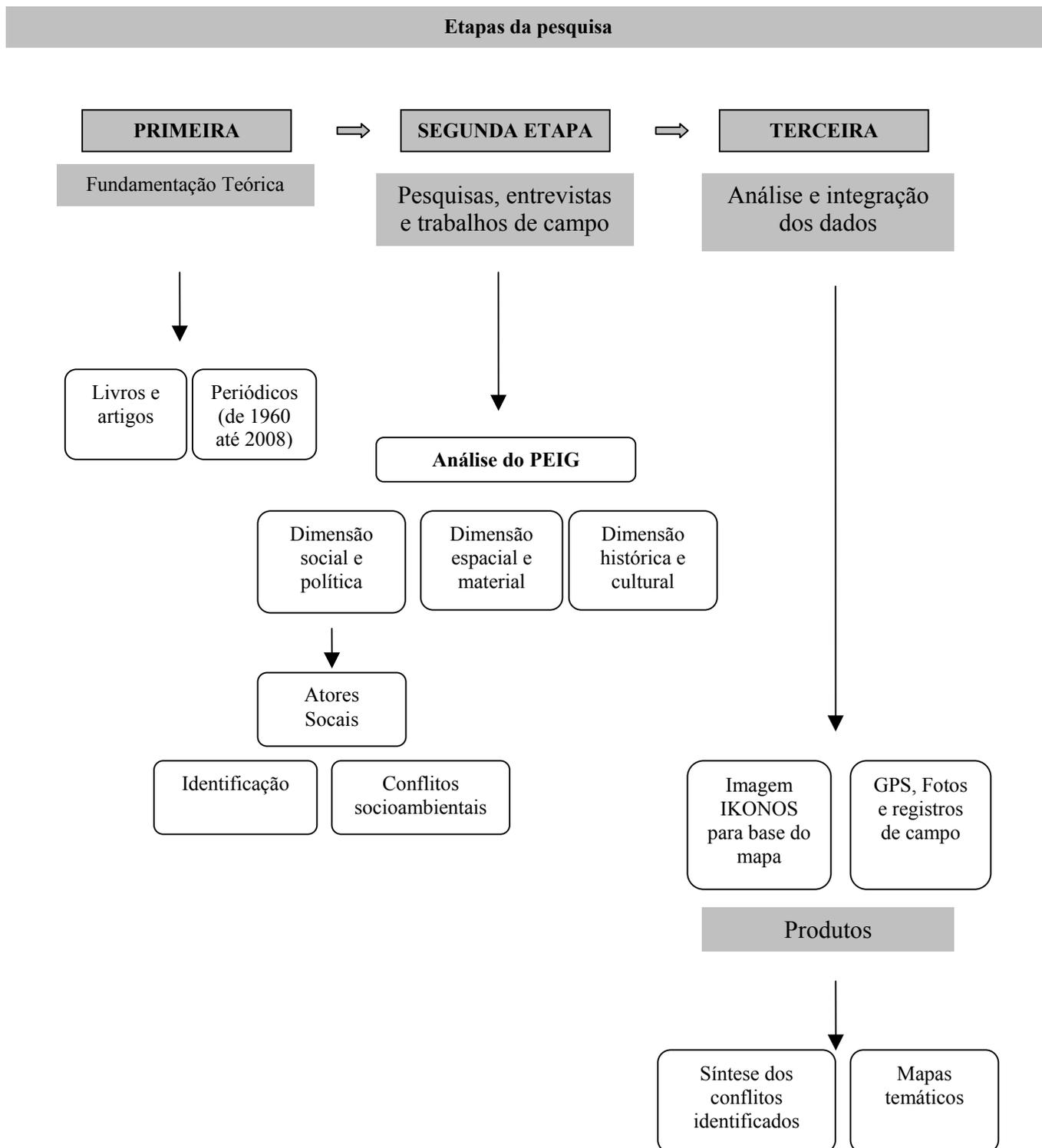


Figura 01: Esquema das etapas da pesquisa (elaborado pela autora)

Na primeira parte do trabalho são apresentados e discutidos os conceitos de território e territorialidade nos trabalhos de SACK(1986); RAFFESTIN(1986), SOUZA (2001), SPOZITO(2004), SAQUET(2004), procurando sintetizar as diferentes possibilidades de

utilização do conceito (território institucional, territórios alternativos) na análise geográfica.

A temática do cárcere abrangeu pesquisas de ALMEIDA(1937), CANCELLI (2001), LIMA(2005), ASSIS (2007), SEPÚLVEDA (2007), PEDROSO (2008), dentre outros conforme citados na referência bibliográfica. A literatura selecionada procurou englobar diferentes visões da construção do sistema penitenciário brasileiro, bem como as estratégias geopolíticas nas instalações das instituições carcerárias.

As unidades de conservação foram trabalhadas a partir dos estudos de BRITO (2003) que desenvolveu estudos sobre as unidades de conservação apresentando a discrepância entre a teoria e a prática na implementação desses espaços e apontando como fundamental nas análises que envolvam unidades de conservação o entendimento da dimensão internacional e a dimensão nacional no estabelecimento de uma rede de UCs.

De outro modo, as análises de DIEGUES (1996) evidenciam a importância de desvendar os conflitos entre a criação das unidades de conservação com as populações tradicionais residentes nessas áreas e GODOY (2000) demonstrou que o modelo de proteção da natureza adotado no Brasil foi à unidade de conservação, desenvolvendo uma rica análise do papel social representado pela UC.

As análises das unidades de conservação da Ilha Grande destacaram os objetivos das UC (preservação/conservação), os graus diferenciados de restrição (proteção integral/uso sustentável) e as determinações no que tange a utilização dos seus atributos naturais. Além do histórico de criação (contextos sócio-político e, legal), do enquadramento (categoria) e a situação legal (se foi ou não implementada). A delimitação e caracterização das Unidade de Conservação (UC), juntamente com a identificação dos atores e dos gestores forneceram dados importantes para o entendimento do confronto sobre limites e gestão no que se refere ao uso e ocupação nas variadas escalas de sua manifestação.

Nesta etapa foi, também, realizado um levantamento de informações da Ilha Grande na época do presídio (1960-2008) a partir de análises documentais de jornais locais como Maré, Tribuna e a Cidade, bem como jornais de grande circulação no estado do Rio de Janeiro como O Dia, Jornal do Brasil e o Globo. A proposta foi realizar uma cronologia das principais transformações na área, procurando entender como as repercussões dos acontecimentos foram percebidas pela população, tais como fugas dos presos, a existência do presídio na Ilha Grande, a visão dos moradores com a implosão do presídio e a expansão do PEIG.

Na segunda etapa, o Parque Estadual da Ilha Grande, foi compreendido à luz do conceito de território, discutindo-o como um território institucionalizado com a função de proteção da natureza, sendo elaborado um panorama das transformações espaço-temporais desencadeadas com a desativação do presídio e a expansão dos limites do PEIG para a área da comunidade, contendo:

- a) Dimensão histórica e cultural – a emergência das questões relativas a proteção da natureza na Ilha Grande definidora de mudanças políticas para a área, oriunda de diferentes contextos históricos,
- b) Dimensão espacial e material – a extensão, estrutura e dinâmica do território e os interesses estratégicos no estabelecimento da UC;
- c) Dimensão social e política - sistemas hierárquicos e de legitimação, relações sociais e conflitos com a implantação do PEIG;

Nesta etapa da pesquisa, foram identificados os atores sociais envolvidos no processo de construção e organização do território do Parque, bem como a identificação de conflitos que envolvam a área. Os sujeitos da pesquisa foram agrupados como:

- a) Comunidade e grupos sociais,
- b) Organizações da sociedade civil;

- c) agentes institucionais;
- d) entidades de pesquisa e;
- e) empresários.

As análises dos conflitos ambientais foram trabalhadas a partir de Little (2001) que estabeleceu uma classificação dos conflitos envolvendo ambiente e populações, a saber: conflitos de controle sobre recursos naturais, que possui dimensões política, social e jurídica; conflitos em torno dos impactos ambientais e sociais gerados pela ação humana e naturais (contaminação do meio ambiente, esgotamento dos recursos naturais e degradação dos ecossistemas); e, por último, conflitos pelo uso dos conhecimentos ambientais (de acordo com as percepções de risco; propriedade intelectual; lugares históricos ou sagrados).

Conforme Little (2001) a análise de conflitos socioambientais deve partir de uma contextualização ambiental, geográfica e histórica, sendo que os três contextos estão relacionados às diferentes formas de produção dos grupos sociais envolvidos. Para isso, segundo o autor, não existem receitas a serem aplicadas. O entendimento desses conflitos perpassa as análises do ambiente onde se desenvolve a problemática, a identificação dos atores sociais, hierarquizando seus interesses e avaliando suas relações de poder e especificidades. O autor entende que a resolução dos conflitos é possível, porém, muito difícil de acontecer na prática. Por isso, considera mais realista falar em tratamento dos conflitos, que pode assumir variantes que vão desde a confrontação, a repressão, a manipulação política, a negociação até a cooperação.

A terceira etapa da pesquisa destinou-se a execução da síntese dos conflitos entre os atores sociais, obtidos a partir das entrevistas e trabalhos de campo, e a elaboração dos mapas temáticos. Para a realização do mapa temático foram utilizadas bases digitais, tais como, mapas temáticos de uso e ocupação, unidades de conservação, dentre outros; e digitalizados

os seguintes dados espaciais ou planos de informações (uso e ocupação na época do presídio) da vila de Dois, além do uso de diversos objetos de apoio (computadores, câmeras fotográficas, GPS):

- ✓ Mapas digitais da Ilha Grande na escala de 1:25.000 (Prefeitura de Angra dos Reis) e banco de dados correspondente (limites políticos-administrativos e limites Naturais, manchas de ocupação e comunidades da Ilha);
- ✓ Mapas das Áreas Legalmente Protegidas (Reserva Biológica da Ilha Grande, Parque Estadual da Ilha Grande) adquiridas no site da prefeitura nas escalas de 1:25.000;
- ✓ Imagens de satélite (2000) IKONOS (Vila dos Rios) resolução máxima de 3 metros cedida pelo Centro de Estudos Ambientais e Desenvolvimento Sustentável- CEADS;
- ✓ Microcomputador; GPS de navegação Garmin 12 XL para atualizações em campo e coleta de pontos; e câmera Fotográfica Digital Sony, 3.2 Mega Pixel, para coleta de imagens ;
- ✓ Software ARCGIS 9.1 da ENRI para elaboração dos mapas temático.

Por fim, os resultados de cada etapa integraram a análise e considerações finais fundamentaram a hipótese levantada.

1. TERRITÓRIO, CÁRCERE E UNIDADES DE CONSERVAÇÃO

O objetivo deste capítulo é apresentar a literatura utilizada, detalhando as diferentes abordagens teóricas sobre os conceitos de território e territorialidade. Foram, também, desenvolvidos temas como cárcere e unidades de conservação a fim de discuti-los a luz dos conceitos propostos.

1.1 Território e territorialidade

Território e territorialidade assumem diferentes significados para a geografia., podendo, por exemplo, território ser sinônimo de área delimitada por instrumentos jurídico-administrativos, controlada pelo Estado; produto de processos concomitantes de dominação e/ou apropriação do espaço físico por agentes não-estatais; apropriação cultural-simbólica do espaço geográfico, dentre outros. Já a territorialidade pode caracterizar-se pela relação entre os agentes sociais, políticos e econômicos, interferindo na gestão do espaço geográfico. Ela refere-se aos projetos e práticas desses agentes, numa dimensão concreta, funcional, simbólica, afetiva, e manifesta-se em escala desde as mais simples às mais complexas. Diante da diversidade que as idéias e análises sobre o território e a territorialidade assumem nas análises geográficas, segue-se uma síntese das reflexões que geógrafos têm realizado nessa temática.

O conceito de território é polissêmico e, segundo Haesbaert (1997), tem sido utilizado tanto pelas ciências naturais como pelas ciências sociais. Nas ciências naturais, este conceito é definido como uma área de dominação de um determinado grupo de espécie animal ou vegetal. Nas ciências sociais, o conceito de território é muito diversificado sendo utilizados a partir de diferentes visões. Ainda na visão do autor, na ciência política é dada ênfase em sua construção a partir das relações de poder e; na economia, o território é percebido a partir do fator locacional ou como uma das bases da produção. Na antropologia, destaca-se a dimensão

simbólica; enquanto na sociologia, o enfoque refere-se a sua intervenção nas relações sociais; e por fim, na psicologia o território é entendido a partir da subjetividade ou da construção da identidade pessoal. Essas visões, para Haesbaert (1997), estão intimamente ligadas à idéia de domínio.

Na geografia, o conceito de território foi fundamental para a construção da ciência, tendo Friedrich Ratzel como referência até meados do século XX. Ratzel comparou o Estado a um organismo vivo que nasce, cresce e tende a declinar. Esta visão colocou no centro de suas análises a necessidade do domínio territorial por parte do Estado. O território era um dos elementos principais na formação do Estado e, para Ratzel, o Estado não existiria sem o território. Desse modo, o território fundamenta a condição de existência de uma dada sociedade pela posse, definindo-se pela propriedade, isto é, pela delimitação de uma área dominada por alguém ou pelo Estado (SILVA, 2002).

Confundido com o conceito de espaço, muitos geógrafos se dispuseram a traçar uma diferenciação entre ambos. Para Raffestin (1993, p.143),

a base do território é o espaço, mas não se confunde com ele, na medida em que o território é o resultado de uma ação conduzida por um ator sintagmático (que realiza um programa), em qualquer nível. Ao se apropriar de um espaço, concreta ou abstratamente (por exemplo, pela representação), o ator territorializa o espaço.

Segundo este autor, o território é o resultado de um trabalho humano, enquanto o espaço é simplesmente uma combinação de forças e ações mecânicas, físicas, químicas e orgânicas. Portanto, “o território é uma reordenação do espaço”, e é marcado pelas relações de poder. “O espaço é a prisão original, o território é a prisão que os homens constroem para si” (RAFFESTIN, 1993, p.172). Assim, o espaço representado não é mais o espaço, mas a imagem do espaço, ou melhor, do território visto e/ou vivido. É, em suma, o espaço que se

tornou território de um ator, desde que tomado numa relação social de comunicação” (RAFFESTIN, 1993, p.147).

As contribuições de Raffestin (1993) foram inúmeras e significativas ao introduzir o caráter político e administrativo no entendimento do território, além de entendê-lo a partir das relações de poder que são estabelecidas. Essa associação “ território” e “poder” foi atualizada por muitos geógrafos contemporâneos. Assim como Raffestin (1993), Andrade (1995, p.12), atribui ao território a dimensão de poder

A concepção de território está ligada à idéia de domínio ou gestão de uma determinada área que receba uma função, que dependa de uma forma de apropriação tanto do poder público estatal, de grupos sociais, e do poder das grandes empresas que lançam seus tentáculos por grandes áreas territoriais, assumindo assim um duplo sentido: o controle efetivo, legitimado pelo poder e por outro lado, vincula-se à dimensão afetiva e associa-se à identidade de grupos e a afetividade espacial.

O uso freqüente do conceito de território como espaço delimitado e constituído por relações de poder remetendo o seu significado ao território nacional predominou nos estudos geográficos por muito tempo. Contudo abordagens feitas por Ribeiro & Mattos (1996) trouxeram novas perspectivas de análise, enfocando diversas escalas de uso do conceito para além do Estado-nação.

Tendo por objetivo discutir a aplicabilidade do território nos estudos da prostituição, Ribeiro & Mattos (1996) analisaram as diversas configurações e significados dos espaços públicos que se colocam como locais de prostituição, delimitando suas fronteiras e territorialidades.

Na mesma perspectiva que Ribeiro & Mattos (1996), Souza (2001) salientou que embora as relações de poder dentro de um espaço definido e delimitado sejam base para a definição de território, não se deve restringir ao Estado o único capaz de formá-los. Nas palavras do autor: “todo espaço definido e delimitado por e a partir de relações de poder é um

território, do quarteirão aterrorizado por uma gangue de jovens até o bloco constituído pelos países membros da OTAN” (SOUZA, 2001, p.81).

Uma grande contribuição ao debate realizado por Ribeiro & Mattos (1996) e Souza (2001) sobre o conceito de território reside em seus apontamentos sobre a existência dos múltiplos territórios dentro do território do Estado-Nação, ou seja, o território pode ser analisado além de uma abordagem política, trabalhando a partir dos aspectos culturais a conformação de múltiplos territórios (prostitutas, homossexuais, gangues, mendigos, narcotráfico etc.) que podem apresentar uma existência temporária ou permanente no tempo e no espaço.

Nessas abordagens sobre território, é focado a idéia de domínio, delimitação de um espaço sendo caracterizado por relações seja ela de poder, de resistência ou identitárias, o que Silva (2002) caracterizou como três facetas distintas, ou seja, o espaço territorial; a organizacional, definida como regras e controle (poder) atuantes dentro do espaço territorial; e a existencial, que pode ser entendida como identidade do território, o que vai submeter fronteiras, mesmo que não sejam físicas.

Se território é entendido como um espaço delimitado onde se estabelecem relações de poder, tanto do Estado como dos grupos sociais inseridos nesse território (formando novos territórios) ou que de alguma maneira esteja ligado e sejam capazes de exercer algum tipo de ação sobre ele, territorialidade, de acordo com a perspectiva de Raffestin (1993, p.158), reflete a multidimensionalidade do "vivido" territorial pelos membros de uma coletividade nas sociedades em geral.

Segundo Raffestin(1993), os homens vivem ao mesmo tempo o processo e o produto territoriais por meio de um sistema de relações existenciais e/ou produtivistas. Todas elas são relações de poder uma vez que existe interação entre os agentes que buscam modificar tanto as relações com a natureza como as relações sociais. Sem se darem conta disso, os atores

também modificam a si próprios. Para o autor é impossível manter qualquer relação que não seja marcada pelo poder.

Sack (1986, p.19) também, reafirma as relações de poder como indutoras das territorialidades, enfatizando o papel dos limites ou fronteiras na definição do conceito de territorialidade. Para o pesquisador, territorialidade significa :

[...] a tentativa, por um indivíduo ou um grupo, de atingir, influenciar ou controlar pessoas, fenômenos e relacionamentos através da delimitação e afirmação do controle sobre uma área geográfica.

Sack (1986) adverte, porém, que nem toda área delimitada é um território, pois circunscrever coisas num espaço ou no mapa pode permitir identificar lugares, áreas ou regiões mas não cria em si mesmo um território. Para o autor esta delimitação se torna um território somente quando suas fronteiras são utilizadas para afetar o comportamento através do controle do acesso.

Por outro lado, Faria (1998) relaciona a territorialidade com as raízes que o indivíduo cria com o lugar vivido ao longo de sua vida/permanência nesse lugar. “A valorização da vida simples, do cotidiano(...), todos esses pequenos atos provocam um sentimento de territorialidade que é transformado em sentimento de confraternização entre as pessoas com o lugar”. Nesse sentido, a territorialidade para Faria (1998) está relacionada a subjetividade, as experiências pessoais como força que configura o território.

O autor ainda salienta que o sentido de identidade, de tomada de consciência e de ação, define a territorialidade. Isso pode levar à transformação territorial, mediante a adoção coletiva de um projeto de desenvolvimento, com racionalidade própria, na medida em que os atores tenham uma forte consciência de territorialidade (FARIA, 1998). Portanto, como a construção da realidade é um instrumento de poder, a (re)ordenação territorial, pode ser instrumento de poder tanto para os atores locais do desenvolvimento, como para a dominação

do território, quando realizado sem a efetiva participação local, por exemplo, ao que acontece no caso do Parque Estadual da Ilha Grande.

1.2 Prisões e Cárceres

A utilização de navios, colônias correcionais, prisões comuns ou ilhas para o confinamento carcerário fez parte das estratégias em torno de uma geopolítica das prisões, implantadas a partir da criação das colônias correcionais (PEDROSO, 2004). Calabouços, castelos velhos, aposentos em ruínas ou insalubres torres de conventos abandonados e outros edificios foram utilizados como prisões, que serviram como lugar de custódia e de tortura dos presos.

O suplício, pena de punição corporal aplicadas aos presos, rapidamente tornou-se intolerável e revoltante, passando a ser visto pela população como tirania, excesso, sede de vingança e apenas o cruel desejo de punir. Com o crescimento das manifestações contrárias ao suplício, a forma de punir começou a se modificar, eliminaram-se punições corporais em praça pública e as torturas que visavam à materialização do crime no corpo do condenado.

Novas tecnologias, dispositivos e saberes, em especial, a vigilância, a norma e o exame, começaram a surgir. Continua-se a punir, mas de modo completamente diferente (PASSOS, 2007; p.4). Dentre tantas modificações, a principal foi o desaparecimento dos suplícios e a utilização das penas privativas de liberdade, que passava a ter vários objetivos conjuntamente. Segundo Passos (2007), as prisões passam a não se destinarem somente a sancionar a infração, mas a controlar o indivíduo, a neutralizar a sua periculosidade, a modificar as suas disposições criminosas.

Assim, durante o final do século XIX e início do século XX, o governo federal determinou a realização de estudos para a construção de presídio em ilhas localizadas no Litoral fluminense e, principalmente, paulista. O intuito era a punição do criminoso e o seu

afastamento dos grandes centros urbanos, objetivando o saneamento da sociedade como aponta os trabalhos de Pedroso (2004, p.4).

A utilização de navios-presídios e de ilhas como locais de confinamento e a acomodação de mulheres prisioneiras nos mesmos recintos onde ficavam reclusos os homens, apenas vem comprovar que a penitenciária designava-se à punição, pura e simplesmente.

A construção do mundo da reclusão durante os séculos XIX e XX significou não só a limpeza das ruas contra o inimigo aparente, o malandro, o vagabundo, a prostituta e o desviante mas, um artimanha para encerrar todos os inimigos, quer fossem eles de vertentes ideológicas, como os comunistas, ou sociais, representados pelos bandidos comuns.

A prisão se constituiria então numa instituição na qual o Estado proporcionaria aos indivíduos que praticaram delitos o seu isolamento, de forma a garantir a ordem social. Na mentalidade autoritária das instituições públicas brasileiras prevaleceu durante muitas décadas na criação de lugares excludentes; buscando áreas afastadas e isoladas do mundo civilizado, tais como as ilhas, sempre tomando como base modelos ideais e perfeitos de aprisionamento, que Pedroso(2004) chama de utopias penitenciárias. A própria arquitetura das prisões era concebida para a eliminação dos vícios e controle dos presos. Os presos não tinham direito à intimidade, já que ficavam expostos à vigilância constante, feita através das aberturas existentes nas portas das celas.

Monumento máximo de construção da exclusão social, cercado por muros altíssimos ou isolados em ilhas e lugares inóspitos, a visão da prisão é tida como última fronteira. É um território além do qual não se pode mais prosseguir. Essa condição limite produz o discurso da ressocialização do recluso. O pressuposto da ressocialização é instruído em uma retórica

triangulada por mais duas idéias basilares: punição e correção através da privação da liberdade (SOUZA, 2006).

O criminoso ao ser carcerado tem sua vida reterritorializada e ressignificada a partir das tecnologias de poder disciplinar. Este poder que se aplica singularmente aos corpos pelas técnicas de vigilância, pelas punições normalizadoras, pela organização das instituições punitivas.

Segundo Cancelli (2003), estas questões foram calcadas na tradição inaugurada no século XIX em que as prisões eram criadas como instituições totais. O rigor da reclusão solitária, o silêncio e o trabalho intenso trariam a disciplinarização do indivíduo e seu amoldamento. Era uma investida definitiva na mudança comportamental dos aprisionados. Para Pedroso (2004) os juristas, acreditavam que proporcionando leis em favor dessas idéias, livrariam a população formada pelos bons homens dos perigos que circulavam visivelmente pelas ruas das cidades; protegeriam o Estado do perigo que o afrontava e, sobretudo, levariam à regeneração social o futuro encarcerado. Daí o papel do Estado em afastar esses indivíduos e suprir de todas as formas o que se considerava o necessário para sua regeneração: o conforto psíquico e espiritual, a disciplina, a alimentação, a habitação, as vestimentas, o ensino e o tratamento dado ao corpo.

Esses pressupostos levaram a instalação de penitenciárias em Ilhas em todo o Brasil, a lógica era a segurança proporcionada pelo afastamento dos infratores e criminosos trazendo ordem a cidade, ao espaço civilizado. Criavam-se territórios do cárcere, geralmente, em ilhas ou lugares afastados do convívio social, como por exemplo, as instituições carcerárias que existiram durante muitas décadas na Ilha Grande.

1.3 Unidades de Conservação

O crescente debate sobre proteção ambiental e conflitos territoriais envolvendo as comunidades e as unidades de conservação são indicadores da importância que esse tema vem adquirindo na arena política com reflexos na organização do território e no desenvolvimento de políticas específicas para esse fim. Por isso, é fundamental um entendimento sobre o contexto de criação e implementação dessas áreas no Brasil.

I. A herança lusitana

No Brasil, o imaginário da natureza foi construído e influenciado, principalmente, pelos colonizadores ibéricos, resultado do projeto colonialista português, o comportamento da sociedade brasileira com a natureza e as suas relações de trocas estarão impregnadas da cultura e comportamento dos “descobridores” (DA MATTA, 1993, p.134).

O enriquecimento rápido como valor, alimentado pela idéia de Éden, orientou a economia brasileira, para uma atividade extrativista, imediatista e predadora. (...) A obsessão pela extração gera uma lógica relacional ambígua que oscila entre a concepção de natureza habitada pelo maravilhoso, local de poderes mágicos, e uma concepção do mundo natural à mercê do homem.

A lógica de ocupação colonial pelos portugueses caracterizou-se pela ousadia, pela busca de horizontes largos e riquezas fáceis, pela instabilidade e imediatismo. Pádua (2002, p.81) aponta a questão de fundo presente nos discursos “ambientalistas” desses pensadores que supunham a proteção e uso correto dos recursos do mundo natural essenciais para o avanço social e econômico do país, pois *“a lógica de exploração colonial não poderia se valer para uma nação autônoma, esta última requeria uma nova relação com o território, mesmo que isso significasse mais esforço, mais trabalho, mais estudo”*

Segundo o autor, a existência de uma reflexão profunda e consistente sobre o

problema de destruição do ambiente natural e a sua proteção através do estabelecimento de sítios naturais (hoje unidades de conservação), não “surge” com base em sentimentos de simpatia pelo valor intrínseco, estético, ético ou espiritual, mas sim, devido a sua importância para a construção nacional. Os recursos naturais constituíam o grande trunfo para o progresso futuro do país, devendo ser utilizado de forma inteligente e cuidadosa. A destruição e o desperdício dos mesmos eram considerados uma espécie de crime histórico, que deveria ser duramente combatido.

A brutalidade dos processos de apropriação econômica da natureza pela colônia portuguesa no Brasil produzia uma degradação ambiental evidente, e era usada como crítica ao colonialismo e de defesa da independência. Os críticos ambientais do século XIX e XX argumentavam que o comportamento dos colonizadores estabeleciam com a terra era uma relação meramente utilitária, sendo incapazes de se enraizar no novo ambiente. Suas propostas objetivavam superar o imediatismo, a rotina, a inconseqüência, a aventura através de uma ética do trabalho, da racionalidade e do cuidado ambiental (PÁDUA, 2002).

O modelo colonial foi condenado tanto pelo que promoveu – uma economia destrutiva e improdutiva – quanto pelo que deixou de promover- um país estável e verdadeiramente civilizado. Porém, as críticas a esse modelo muito mais do que ações históricas efetivas tornaram-se apelos de poucos letrados da época. Na construção da nova nação a herança deixada pelos lusitanos foi muito maior da que se desejava. A relação do homem-brasileiro, diante do mundo natural, que agora cabia a ele “apropriar-se” pouco se diferenciou da antiga. Perpetuava-se a idéia de natureza de viés “desenvolvimentista” que se manterá, apesar das críticas e momentos de crise em alguns períodos da história, até os dias atuais(PÁDUA, 2002).

II. A Influência Norte-Americana

A influência do modelo norte-americano na formação das áreas protegidas no Brasil teve como característica principal a intolerância à permanência ou presença de comunidades no seu interior. A noção de proteção da natureza que impregnava esse modelo baseava-se na crença da “natureza intocada”¹, Wilderness Americana, cujo desafio consistia em resguardar parcelas do território remanescentes de um “cenário original” (DIEGUES, 1996).

A conscientização das mudanças que o processo de colonização acarretavam no meio físico, através da extinção de espécies de fauna e flora e a introdução de espécies exóticas, fruto do modelo de colonização trazido por seus desbravadores (MEDEIROS, 2002), bem como, a manutenção da identidade americana construída a partir da idéia de natureza hostil e perigosa que cabia ao colono civilizá-la (CONAN in: da MATTA, 1993); foram os elementos constitutivos desse modelo, que buscava, segundo Medeiros (2002), disseminar uma nova ideologia voltada para a sua proteção não somente pelos seus aspectos econômicos e de uso ou exploração restrito, ou seja, pelo valor intrínseco dos recursos disponíveis e os bens e serviços que deles os homens poderiam dispor, mas também pelos seus valores estéticos e simbólicos.

A construção do conceito de natureza americano deveu-se, sobretudo, a construção da própria identidade americana que ao mesmo tempo em que se afastava da Europa, com o avanço das fronteiras na conquista do Oeste, impregnou-se de características específicas fruto do contato homem-natureza (CONAN in: DA MATTA, 1993). Segundo Conan (in: DA MATTA, 1993: p.195), “ Na América não havia qualquer tradição que pudesse comparar-se à Europa, nem nas letras, nem nas artes, nem nas manufaturas. Portanto, os pensamentos dos americanos voltaram-se para a natureza” .

Porém o mesmo autor adverte (CONAN in DA MATTA, 1993: p. 191), que longe da

idéia de paraíso, os colonos que lá foram se estabelecer tinham deixado a Europa por razões religiosas e procuravam fundar um novo mundo. Desta forma, a Inglaterra era o paraíso e a natureza selvagem da América era uma terra a ser subvertida pelo trabalho.

Longe de ser comparada ao Éden, ao Paraíso terrestre, a natureza selvagem é, pelo contrário, uma natureza onde os homens, a partir do pecado original, estão condenados a viver. Esta natureza selvagem é um símbolo do mal e da anarquia, que expõe o crente às tentações que o levam para fora do caminho da fé. Compete ao homem reconquistar essa natureza selvagem e precaver-se dos seres que a habitam, se quiser ir para Deus.

O paradigma homem/meio ambiente e a dicotomia entre o social e o natural perdem lugar nos debates acadêmicos nas últimas décadas do século XIX. A idéia de natureza selvagem ganha novos significados além dos já existentes. Ao mesmo tempo em que ela é mantida como testemunho do passado e patrimônio de uma nação ela só pode ser mantida intocada e protegida da ação do homem por ser objeto de apreensão e utilização, mesmo que indireta (MEDEIROS, 2002). Nos Estados Unidos dois pesquisadores (Jonh Muir e Gifford Pinchotse) se destacaram a favor do movimento de popularização e difusão dessas idéias.

Jonh Muir, naturalista, defendeu um valor de natureza pelo seu próprio direito de existir, ou seja, sua concepção de natureza permitia aos homens apenas desfrutar indiretamente de seus recursos naturais. Segundo Medeiros (2002), o pensador indignava-se com a forma de conceber a floresta como reservatório de recursos. Por amor a Wilderness, pelo seu próprio valor, era necessário defendê-la contra qualquer intrusão. Este teórico foi precursor do movimento preservacionista dando início a uma dicotomia nas práticas de proteção da natureza (conservação X preservação).

Gifford Pinchot, engenheiro florestal, defendia a conservação através do uso racional

¹ V. DIEGUES, A. C. O mito moderno da natureza intocada. São Paulo: Hucitec, 1996

dos recursos naturais. A humanidade poderia beneficiar-se dos recursos naturais, inclusive as gerações futuras, se estes fossem eficientemente explorados e não desperdiçados de forma a assegurar a produção máxima sustentável (SIMON, 2003). Segundo Diegues (1996), Pinchot agia dentro de um contexto de transformação da natureza em mercadoria. Foi o próprio pesquisador que denominou de “conservação” ao movimento voltado para a defesa e bom uso dos recursos naturais (MYERS, 1976 *apud* MEDEIROS, 2002).

As duas correntes do pensamento ambiental contribuíram de forma diferenciada para a proteção da natureza mediante a criação das unidades de conservação. Os de corrente preservacionista, segundo as idéias de Muir, acreditavam que o objetivo principal das UCs é a preservação dos ecossistemas e de sua biodiversidade e que os benefícios sociais e econômicos são para a humanidade em geral, pelo seu aproveitamento para o avanço e os serviços que estes espaços naturais podem proporcionar. Os de corrente conservacionista, segundo as idéias de Pinchot, acreditam que o objetivo principal das UCs é a promoção do desenvolvimento sustentável dos recursos naturais em benefícios das populações locais (DOUROJEANNI & PADUA, 2001).

A corrente preservacionista deu origem, no Brasil, às unidades de proteção integral, onde a permanência das populações inseridas nos seus limites não é tolerada. Esse tipo de proteção da natureza foi responsável por muitos conflitos entre as comunidades existentes dentro da UC, conforme observado no Parque Estadual da Ilha Grande.

III. A Influência Européia

A influência européia na construção de um modelo de proteção das UCs no Brasil têm diferenças significativas quando comparadas aos ideais Norte-Americanos. Enquanto os americanos defendiam proteger as parcelas intocadas do seu território, o mesmo não poderia

ser realizado na Europa. Após milênios de colonização humana, muito pouco restava dos ambientes originais nesse continente e, portanto, não fazia muito sentido a criação de áreas protegidas com base na idéia de Wilderness Americana (MEDEIROS, 2002). Contudo, algumas áreas ainda apresentavam grande atributo de beleza Cênica. Segundo Medeiros (2002), a alternativa adotada foi à criação de mecanismos jurídicos e sociais para regular o uso das terras privadas, um modelo que ficou conhecido na França como “Parques Naturais”. A característica principal deste modelo era promover o uso racional do solo, recuperar atributos cênicos e biológicos, além de manter uma rede de trilhas para pedestres em áreas privadas (MEDEIROS, 2002).

A ocupação milenar e os fortes laços culturais presentes na Europa permitiram a construção de um modelo de proteção da natureza a partir dos próprios “laços afetivos”. A natureza era entendida sob o ponto de vista das populações que estavam inseridas. Para o europeu, sobretudo o camponês, a natureza desabitada não existia senão nos altos cumes das altas montanhas. Mas ainda assim, era necessário proteger e conhecer o que restava dela (MEDEIROS, 2002). Assim, é criado na Europa em 1914 na Suíça, a primeira área protegida - O Parque Natural- com objetivos de pesquisa científica, onde elas eram de longo prazo sobre a fauna e a flora nos Alpes pudessem ser realizadas em condições ambientais inalteradas, sem efeitos das atividades humanas (MEDEIROS, 2002).

Os Parques Naturais influenciaram a criação, anos mais tarde no Brasil, das Áreas de Proteção Ambiental (APA), que é uma categoria de UC do Sistema Nacional de Unidades de Conservação. Esta comparada aos Parques Nacionais, área protegida criada por influência do modelo Norte Americano, apresenta menos conflitos com as populações inseridas nos seus limites.

IV. As Convenções Internacionais

As convenções internacionais surgiram no cenário mundial inicialmente com o objetivo de regular a ação da sociedade sobre a natureza. No que tange às unidades de conservação, os tratados internacionais contribuíram para o enriquecimento teórico da ideologia conservacionista/preservacionista nos países participantes.

Os debates levantados nessas convenções subsidiaram diretrizes, normas e conceitos, e, serviram muitas vezes, para orientar as políticas públicas de inúmeros países do ocidente (SIMON, 2003). Foram muitas convenções ratificadas pelo Brasil no que concerne à proteção da natureza e, neste estudo serão destacadas aquelas que acredita-se terem tido relação direta na formulação de políticas voltadas ao estabelecimento e regulação das UCs no Brasil, tais como: a Convenção do Patrimônio Mundial Natural em 1972, a Estratégia Mundial para a Conservação em 1980 e a Convenção de Diversidade Biológica em 1982.

a) A Convenção do Patrimônio Mundial Natural

A Convenção do Patrimônio Mundial Natural foi realizada pela UNESCO em 1972 com a finalidade de garantir a proteção das obras e áreas de grande interesse para a história da Terra ou da cultura da humanidade. A idéia central desta convenção é eleger em cada país, ou região, as áreas mais expressivas que contenham: beleza excepcional ou sua importância geológica ou biológica; os bens culturais, resultantes da invenção e construção humana; sítios mistos que abrangem tanto valores culturais como naturais; e /ou paisagens culturais que correspondem a áreas onde foram consolidados modos de utilização da natureza de grande significado cultural.

O Brasil aderiu a esta convenção em setembro de 1977. Os primeiros sítios brasileiros a serem inscritos na lista do Patrimônio Mundial, na década de oitenta, foram os Sítios Culturais, promovidos pelo Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional - IPHAN.

No início, foram reconhecidos como tais, as cidades de Ouro Preto e Olinda, o Santuário de Congonhas do Campo, as Missões Jesuíticas do Rio Grande do Sul e o Pelourinho de Salvador. A Ilha Grande foi reconhecida como parte da reserva da biosfera da Mata Atlântica somente em 1992.

b) Estratégia Mundial para a Conservação

Em 1980, foi criada pela União Internacional para a Conservação da Natureza-UICN em parceria com a *World Wild Fund* - WWF, um documento intitulado “Estratégia Mundial para a Conservação - EMC”, com vista a alertar a opinião pública mundial para o perigo das pressões exercidas sobre os sistemas biológicos mundiais, contribuindo para a elaboração de políticas sustentáveis como medidas para aliviar essas pressões. As metas principais desse documento eram manter os processos ecológicos essenciais e os sistemas de suporte à vida; preservar a diversidade genética e assegurar a utilização sustentável de espécies e de ecossistemas.

Simon (2003) considera este documento como uma inovação na ideologia do conservacionismo, na medida em que, “a conservação aparece aqui não circunscrita às UCs, considerava-se, agora, como possível se fazer conservação fora das áreas protegidas. Na EMC, a conservação aparece como “manter a capacidade da Terra para sustentar o desenvolvimento e garantir a vida”. Nesse sentido, a conservação, segundo o documento, surge da necessidade do manejo ecologicamente sadio dos ecossistemas produtivos e da manutenção de sua viabilidade e de seu caráter polivalente”.

c) Convenção Sobre Diversidade Biológica

A percepção da redução das espécies e ecossistemas no nível internacional e o entendimento que a mudança de escala era importante, motivaram a adoção da Convenção

sobre Diversidade Biológica – CDB em 1992 no Rio de Janeiro. A CDB delega o principal papel para a conservação da biodiversidade e o estabelecimento de um sistema de unidades de conservação.

Esta convenção influenciou na criação de novas unidades de conservação além de um sistema nacional de áreas protegidas, ou seja, um sistema que integrasse as unidades de conservação existentes no país em todas as esferas de governo (federal, estadual e municipal) e, também, de um centro de intercâmbio, tornando o principal veículo de troca internacional de tecnologia e informação destinada à conservação da biodiversidade

d) História da Criação das Unidades de Conservação

A criação do Parque Nacional de Itatiaia, em 1937, marca o início da história de criação dos parques nacionais e reservas equivalentes no Brasil. Dois anos mais tarde, em 1939, dois novos Parques Nacionais viriam a se somar ao de Itatiaia, o Parque Nacional do Iguaçu, no Paraná, e o Parque Nacional da Serra dos Órgãos, no Rio de Janeiro.

A década de 40 já demonstrava maior capacidade de organização do conservacionistas e, em 1940, foi celebrada a Convenção para a Proteção da Flora, da Fauna e das Belezas Cênicas Naturais dos Países da América, aprovada pelo Brasil pelo Decreto-Legislativo nº 3, em 1948 (URBAN, 1998). A Convenção estabelecia que os países signatários apresentassem periodicamente, listas de espécies de plantas e animais ameaçados de extinção. Um dos destaques deste documento era a iniciativa de se uniformizar a definição e os objetivos das principais categorias de áreas protegidas, que até o momento careciam de tal enquadramento, ficando a cargo de cada país. Assim, estabeleceu-se critérios bem definidos buscando orientar os países membros no enquadramento de suas áreas dentro das seguintes categorias: Parques Nacionais, Reservas Nacionais e Reservas de Regiões Virgens (MEDEIROS, 2002).

O convívio com instituições internacionais ampliou os laços entre cientistas brasileiros e

estrangeiros levando a criação da Fundação Nacional para a Conservação da Natureza (FBCN), em 1958 no Rio de Janeiro. Estes cientistas preocupados com o uso descontrolado dos recursos naturais no Brasil e inspirados em associações que participavam ativamente na luta pela proteção das aves, em Londres, transformaram a FBCN na instituição não – governamental de meio ambiente de maior importância no país.

Embora houvesse avanços na criação de espaços protegidos neste período, a fiscalização e implementação desses espaços na prática se tornou bem dificultada. Isto porque não havia no aparelho do Estado um único órgão que centralizasse tais atribuições, mas apenas um Conselho Florestal, ligado ao Ministério da Agricultura², meramente consultivo e com funções normativas, composto por membros oriundos de diversas instituições relacionadas com essa temática. Boa parte da política nacional para administração das áreas protegidas se encontrava, até então, submetida ao Ministério da Agricultura³, através do seu Serviço Florestal e do Departamento de Recursos Naturais Renováveis (DRNR) (MEDEIROS, 2002).

Assim, em 1967, tomou-se a iniciativa de criação de um único órgão no governo⁴, com atribuições específicas para implementar, gerir e fiscalizar a política nacional de proteção à natureza. Criava-se pelo Decreto-Lei nº 289 de 28/02/1967, o Instituto Brasileiro de Desenvolvimento Florestal (IBDF), entidade autárquica vinculada ao Ministério da Agricultura, que absorveu o extinto DRNR. A ele destinava-se “formular a política florestal

² Todos os aspectos relacionados a proteção da natureza estavam subordinados ao Ministério da Agricultura, que como aponta URBAN (1998) “apesar da enorme distância entre os assuntos relacionados com a produção agrícola e o conservacionismo, registrou-se algumas iniciativas realmente notáveis, como o selo Pró-Fauna, da Divisão de Caça e Pesca, destinado a arrecadar recursos para a formação e conservação de Parques de Refúgio Animal, figura de proteção destinada a abrigar espécies zoológicas e a estudos de biologia animal”.

³ Durante muitos anos as ações de proteção aos recursos florestais estavam mais ligadas ao desenvolvimento da atividade agrícola do que a conservação em si. Prova disso, é a criação de duas instituições voltadas para a produção na época - o Instituto Nacional do Mate, criado em 1938, e o Instituto Nacional do Pinho, criado em 1941.

⁴ A proposta de criar, dentro da administração pública brasileira, uma estrutura específica voltada à Conservação da natureza permeou vários governos. O Serviço de Proteção Florestal, criado em 1921 e regulamentado em 1925, não desenvolveu atividades expressivas até 1930, quando foi praticamente substituído pela “Seção de Reflorestamento” dentro do serviço de Fomento da Produção Vegetal (URBAN, 1998).

bem como orientar, coordenar e executar ou fazer executar as medidas necessárias à utilização racional, à proteção e à conservação dos recursos naturais renováveis, além de administrar o Jardim Botânico do Rio de Janeiro, os Parques Nacionais, as Florestas Nacionais, as Reservas Biológicas e os Parques de Caça Federais. Em outras palavras, criava-se uma instituição fortalecida e prestigiosa com uma atribuição teoricamente muito ampla (MEDEIROS, 2004).

Porém, logo ficou patente a necessidade de criação de uma estrutura central capaz de elaborar, organizar, integrar e conduzir um verdadeiro projeto político nacional para a natureza, com forte atuação no quadro interno, mas expressiva representatividade no cenário externo. Foi criada para esse fim, a Secretária Especial de Meio Ambiente (SEMA) através do Decreto nº 73030 de 30/10/1973, “orientada para a conservação do meio ambiente, e o uso racional dos recursos naturais”, passando a dividir com o IBDF a responsabilidade pela gestão e fiscalização da política brasileira para áreas protegidas. Foi um passo importante e extremamente positivo no arcabouço político brasileiro, pois, através dela, houve uma maior racionalização e organização do debate sobre a temática ambiental no Brasil. Sua vinculação ao Ministério do Interior dava a expressiva indicação de como a questão ambiental começava a gozar de significativo valor estratégico junto ao estado (MEDEIROS, 2004).

O modelo de desenvolvimento econômico adotado durante 30 anos era colocado em questão e crescia o debate sobre suas conseqüências ambientais. O restabelecimento dos direitos civis, uma imprensa sem censura e a liberdade de associação possibilitaram o reexame de tais políticas, inclusive suas dimensões ambientais inerentes (DEAN, 2002).

A Política Nacional do Meio Ambiente (PNMA)⁵ através do Fundo Nacional do Meio Ambiente (FNMA), possibilitou o agrupamento de todos os órgãos ambientais, de todas as esferas e níveis, em um único sistema – o Sistema Nacional do Meio Ambiente (SISNAMA)-,

⁵ Segundo a Lei nº 6.938 de 31/08/1981, tendo como objetivos” a preservação, melhoria e recuperação da qualidade ambiental propícia à vida, visando assegurar, no País, condições ao desenvolvimento sócio-econômico, aos interesses da segurança nacional e à proteção da dignidade da vida humana

visando estabelecer um trabalho integrado entre os diferentes órgãos e setores. Foi instituído como seu órgão superior consultivo o Conselho Nacional do Meio Ambiente (CONAMA), composto por representantes de diversas instituições e pertencentes a diferentes segmentos da sociedade, com a função de assistir ao Presidente da República na formulação de diretrizes da Política Nacional do Meio Ambiente (MEDEIROS, 2004).

A crise do estado e a redemocratização da sociedade no Brasil, somadas às pressões externas manifestaram-se numa profunda mudança na política territorial a partir de meados da década de 80, configurando a nova fase do “desenvolvimento sustentável”. A variável ambiental – entendida como recursos naturais, patrimônios natural e cultural, conhecimento e práticas sociais – foi incluída no discurso e na definição de políticas (BECKER, 1996).

Os organismos financiadores internacionais, que até então haviam sustentado a construção de estradas e grandes projetos, mudam radicalmente sua posição subordinando os empréstimos a prévias avaliações ambientais e canalizando os recursos para metas precisas. Em resposta às pressões externas e internas, o Estado toma uma série de medidas que se sucedem rapidamente (BECKER, 1996).

Neste sentido, buscando unificar a política ambiental brasileira de forma a centralizar em apenas um órgão as ações de execução, gestão e fiscalização e corrigir as distorções presentes na PNMA, é criado o Instituto Brasileiro de Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis (IBAMA), por meio da lei nº 7.735 de 1989. O IBAMA passaria a desempenhar as funções de quatro órgãos – o IBDF, a SEMA, a SUDHEVEA ⁶ e a SUDEPE⁷, pondo fim a desentendimentos e sobreposição de poderes entre as ações dos extintos órgãos.

Em 2000, após mais de uma década de debates, em vista da necessidade de organizar, em nível nacional, a classificação e a nomenclatura das áreas protegidas no Brasil, institui-se pela lei nº 9.958, de 18/07/2000; o Sistema Nacional de Unidades de Conservação (SNUC). O

⁶ Superintendência da Borracha

SNUC foi baseado nas categorias de áreas de proteção da natureza da União Internacional de Conservação da Natureza (UICN), coordenado pelo IBAMA, que é o principal órgão executor da política ambiental brasileira no nível federal.

1.4 Território e Unidade de Conservação

Em termo jurídico uma unidade de conservação é definida como, “um espaço territorial e seus recursos ambientais, incluindo as águas jurisdicionais, com características naturais relevantes, legalmente instituído pelo Poder Público, com objetivos de conservação e limites definidos, sob regime especial de administração, ao qual se aplicam garantias adequadas de proteção” (SNUC, 2002).

Para a geografia, como ciência social, interessa estudar as unidades de conservação como uma construção social, e portanto, um espaço geográfico. Quando se fala na criação de uma unidade de conservação deve-se, primeiramente, entender que os fundamentos que procuram explicá-la se organizam a partir de uma lógica interpretativa correspondente aos objetivos traçados pelo sujeito. Portanto, na criação de uma UC os objetos articulam e organizam, em suas funções específicas e intercâmbios sociais num dinamismo próprio ao contínuo movimento de criação(re)criação do espaço.

É no conteúdo desses espaços que essas relações podem ser desvendadas. A partir do entendimento da formação histórica em que se estabelecem, se recriam, se transformam as relações sociais e espaciais. Mas esse produto social não se faz sem conflitos, contradições e resistências e, neste sentido explica Coriolano (2005),

as relações sociais têm uma existência real enquanto existência espacial concreta, na medida em que produzem e assim efetivamente a sociedade produz o espaço. Cada

local, região ou país tem sua formação própria, sua cultura, valores e costumes e deste modo o espaço vai sendo produzido conforme essas relações mais amplas, em um processo articulado à produção geral da sociedade.

O debate em torno da criação de unidades de conservação remete diretamente à idéia de um modelo, que explica os objetivos das áreas e suas formas de uso, assim como imprime a invenção de uma idéia de natureza, sua relação com diferentes coletivos e indivíduos e a sua importância dentro do espaço sociocultural configurado ao longo do seu processo de construção.

Refletindo sobre a formação das áreas protegidas no Brasil, a partir da criação do Sistema Nacional de Unidades de Conservação, observamos que o discurso traz no bojo a criação de um modelo de natureza a ser protegido. Tal configuração, como aponta Godoy (2000), foi sendo lentamente fixada no corpo do território como práticas de : “ proteção”, “ conservação”. Aliás, proteção e conservação são articuladas à experiência da exploração, ressignificando-a. Distinguem-se aí diferentes fazeres, ou os diferentes fazeres da “exploração”, qualificando-os a partir do grau de valor que são capazes de gerar e da quantidade de riqueza que são capazes de produzir.

Como aponta Godoy (1999, p.79),

Não se trata mais de florestas, de madeira ou essenciais florestais, trata-se de corpos biológicos diferenciados, possíveis de serem identificados em suas particularidades e classificados segundo sua pertinência num território, o qual, por sua vez, adquire contornos precisos diferenciando-se como objeto daquilo que está fora dele.

A área criada como unidade de conservação, nesse sentido, é investida de significação política, econômica e cultural. É, na verdade, uma forma específica de pensar o espaço e de organizá-lo. O estabelecimento de uma unidade de conservação com a implantação de uma legislação específica e aparatos legais criados pelo poder público estatal, através de decretos e

leis de proteção ambiental, impõe normas e condutas aos grupos sociais inseridos na UC. Cria-se um espaço de poder, apropriação e uso, enfim, um território: o território da proteção da natureza.

Criado por forças governamentais e legitimado pela ciência, o espaço qualificado ecologicamente, biologicamente, em virtude da sua beleza cênica se transforma em um local onde se instala um enfrentamento entre os usos locais, que podem estar ligados à tradição da cultura ou mesmo interesses econômicos e os interesses exógenos ou globais (FERREIRA, 2006).

Para Ferreira (2006), o território da proteção da natureza (unidade de conservação) carrega uma negação do território da população local ou da tradição, na medida em que o projeto de conservação adotado implica uma concepção excludente das suas práticas culturais e do uso que fazem daquele ambiente.

As funções biológicas, os aspectos cênicos, e os diversos discursos criados na defesa das unidades de conservação produzem “uma espécie de re-qualificação do território, e também uma re-qualificação do local como lugar de intervenção ou gestão do meio ambiente (FERREIRA, 2006; p.111).

O estabelecimento das unidades de conservação representa para os habitantes uma forma de desterritorialização, mesmo que continuem a morar no local. Na medida em que um território existe a partir da apreensão do espaço pelo capital cultural de um determinado grupo e as regulações ambientais inviabilizam esta reprodução cultural, ocorre um processo de desterritorialização, em um primeiro momento, que será seguido de uma reterritorialização em outras bases (FERREIRA, 2006; p.113).

As unidades de conservação são criadas como apreensão e delimitação de um espaço em que são atribuídos um valor ambiental diferenciado e regulações também diferenciadas. Representam a materialização das visões de natureza dominantes, relações de poder e

conflitos na apropriação, uso e organização desses espaços. Segundo Ajara (1993), atribuir uma neutralidade neste sentido de organização é equivocada, na medida em que seu caráter político, econômico e estratégico lhe são imputados, constituindo-se sem dúvida, uma grande limitação nas análises geográficas.

Entretanto, a criação de UCs pelos gestores não garante sua materialização dentro do espaço social. Estudos de Diegues (1996), Godoy (2002), Medeiros (2002; 2004) e Brito (2003) nos levam a refletir no que tange as unidades de conservação da natureza, a lacuna existente entre a criação e a sua efetiva implementação, ou seja, evidencia-se a grande lacuna entre a época de sua concepção (criação) até a sua existência de fato (implementação) causando incongruências com as finalidades prescritas à área pelo poder público e conflitos entre os atores envolvidos no processo. Como aponta Barreto Filho (1997, p. 9),

Dos princípios abstratos até a concretização político-administrativa de uma UC, existe uma longa trajetória em que inúmeros fatores intervêm. (...) por um lado, o potencial, a representatividade e o valor ecológicos naturais, fisiográficos, geomorfológicos, científicos, estéticos, educativos, recreativos, históricos, culturais e antropológicos, de uma área natural; e, por outro, a distância entre a definição destes e a efetividade de uma UC.

Segundo Brito (2003, p.16), “no Brasil, as unidades de conservação começaram a ser instaladas a partir de iniciativa do governo federal, no ano de 1937. Hoje o país tem seu território pontilhado por essas unidades, muitas criadas pelos governos estaduais. Durante a década de 70 até meados da década de 80 as UCs criadas eram principalmente do tipo "preservacionista", isto é, reservas sem gente, impondo a retirada da área de diversos grupos sociais.

Este tipo de proteção à natureza foi responsável por inúmeros conflitos territoriais que persistem até hoje, levando a uma substantiva mudança de política nos anos de 1990 quando prevaleceu a criação de unidades de conservação de uso direto. O parque Estadual da Ilha Grande, criado em 1971, é prova dessas políticas territoriais ambientais, que trouxeram como consequência divergências entre os gestores e as comunidades inseridas na área do Parque sobre o uso desse território.

2. ILHA GRANDE: ESPAÇO, SOCIEDADE E NATUREZA

O objetivo deste capítulo é apresentar as principais características físicas, sociais, e econômicas da Ilha Grande. Destacaram-se as unidades de conservação existentes e uma breve caracterização dessas áreas protegidas. Atenta-se que a Ilha Grande inteira encontra-se “protegida” por unidades de conservação, porém, muitas dessas UCs criadas não foram implementadas, evidenciando uma negligência a legislação ambiental proposta.

Incluem-se ainda, neste capítulo, as atividades turísticas que vêm crescendo significativamente desde a demolição do presídio e que têm sido realizadas sem planejamento adequado e apoio técnico especializado, potencializando degradações no ambiente sentidas, principalmente, nas enseadas como a de Abraão, onde se concentram pousadas e serviços correlatos a atividade.

2.1. Características Físicas

A Ilha Grande destaca-se pela grande complexidade e diversidade natural. Sua morfologia é resultante de uma longa história geológica-geomorfológica e um acentuado processo de alteração da paisagem condicionado pelo regime climático. Estes condicionantes geológicos-geomorfológicos associados ao clima tropical úmido ⁸ (frequentes modificações das condições de vento em razão da passagem de frentes frias) foram responsáveis pela grande diversidade de feições naturais (EIRADO et al, 2003). Inúmeros córregos de curta extensão convergem para as enseadas, e servem como fonte de abastecimento para a população, além do uso turístico em razão da formação de cachoeiras e piscinas naturais (PMAR, 2003).

⁸ A Ilha fazia parte da plataforma continental brasileira, quando houve afogamento do litoral sul do estado do Rio de Janeiro, no período holocênico, como resposta às condicionantes tectono-estruturais segundo apresentam os trabalhos de Martin & Suguio(1978,1989).

A vegetação insere-se no domínio da Mata Atlântica, predominando a floresta ombrófila densa (terras baixas, submontanas e montanas) e áreas de restinga e mangue, bastante alteradas em relação ao quadro original, em razão de diversas atividades humanas ao longo do processo de ocupação da Ilha (PMAR, 2003).

As pesquisas apontam diferentes possibilidades de regionalização do espaço da Ilha. Segundo os trabalhos de Machado & Vialete (apud SILVA, 1999) e Leal Filha (2006), o relevo da Ilha Grande apresenta dois grandes divisores, que separam a ilha em duas vertentes: uma voltada para o continente (vertente norte) e outra voltada para o oceano (vertente sul), que representam duas realidades bem diferentes. De um lado a Vila de Abraão, considerada a capital da ilha (situada na porção da ilha voltada para a baía), onde os problemas ambientais e sócio-culturais são visíveis e de outro, a Vila Dois Rios, localizada no lado oceânico da ilha, e que oferece uma realidade bastante distinta daquela encontrada em Abraão, elevado estágio de regeneração dos ecossistemas, ausência de hotéis, pousadas, pequeno fluxo de turistas.

Por outro lado, segundo os critérios adotados por Oliveira (2003) a Ilha Grande pode ser regionalizada a partir da morfologia das praias que dividem, segundo sua localização e característica em três setores. A primeira corresponde à parte continental representada pelas praias voltadas para o continente. Apresenta como característica o fácil acesso, tamanhos que variam de pequenos a médios, estreita faixa de areia, águas calmas, vegetação densa já em processo de regeneração avançado e sinais de antropização marcantes e recentes. Nessas praias ocorreu o processo inicial de uso e ocupação da ilha atual com a construção de pequenas residências pelos europeus que lá desembarcaram. São elas: Freguesia de Santana, Japariz, Guaxuma, Do Funil, Saco do Céu, De Fora, Camiranga, Da Fazenda, Iguaçu, Da Feiticeira, Preta, Abraão, Do Abraãozinho, Da Júlia, Do Cais, Comprida, Do Morcego, Das Palmas, Dos Mangues, Itaoca, Da Aroeira, Do Recife, Do Castelhana.

O lado oeste que apresenta vegetação bastante alterada pelas práticas antrópicas antigas, onde se localizava a indústria de sardinha na primeira metade do século passado, caracteriza-se por apresentar praias médias e grandes e situar-se na fronteira entre o mar calmo e o mar aberto. O lado oeste é constituído das seguintes praias: Bananal Pequeno, Bananal, Matariz, Jaconema, Passaterra, Portinho, Maguariquissaba, Do Marinheiro, Sítio Forte, Tapera, Ubatuba, Longa, Vermelha, Araçatiba, Grande de Araçatiba e, por fim, o lado Meridional, caracteriza-se por possuir praias grandes de larga faixa de areia e mar “ batido” , sendo acesso restrito aos meses de verão em razão da instabilidade do mar ao longo de praticamente todo o ano. A praia de Proveta serve de abrigo nas épocas de “ressacas” onde a população segue por trilha para de lá chegar ao continente. As trilhas embora sigam antigos cursos d’água cortam relevos muito íngremes. Esse setor é onde se localizam as únicas lagunas da Ilha. È constituído por nove praias: Proveta, Dos Meros, Aventureiro, Do sul, Do Leste, Parnaioca, Santo Antônio, Lopes Mendes e, por fim, Dois Rios.

2.2. Aspectos Históricos

De acordo com Oliveira (2003), a história da ilha Grande pode ser dividida em fases distintas, conforme quadro 01, que apresenta um histórico segundo a economia e padrão de assentamento, evidenciando como uma mesma paisagem pode apresentar realidades distintas, criadas por sistemas sociais e dinâmicas de ocupação diferentes.

Informações existentes sobre o período de extração e o período de pescadores, coletores e caçadores são encontradas na tese de Oliveira (2003), onde é relatada a presença de amoladores fixos na Reserva Biológica Praia do Sul e no trabalho de Tenório (1999), onde é apresentada uma reflexão sobre a mobilidade, dinâmica de ocupação e sistemas de trocas dos povos existentes há 3000 anos antes do presente.

Tipo de uso e ocupação	Extensão	Ano
Período Inicial: Extração		
Ocupação por pescadores, coletores e caçadores	Toda ilha	3000 AP
Ocupação indígena na época do contato com o europeu	Parte continental	1554-1557
Período Médio- extração		
Ilha como centro de abastecimento de embarcações	Parte continental	1580
Primeiro período de isolamento		
Período do contrabando: pau-brasil e escravos	Parte continental	
Período de pirataria	Redor marítimo e parte continental	XVI e XVII
Período de domesticação		
Cultivo da lavoura ou das grandes fazendas de escravos: cana de açúcar e café	Parte continental (Freguesia e Santana)	
Pesca e indústria de sardinha	Lado leste	
Presídios	Influência – toda Ilha	1903-1994
Isolamento, decadência das aldeias e venda de terras	Toda ilha	
Período atual		
Turismo	Toda ilha	1970

Quadro 01: Uso e ocupação da Ilha Grande (OLIVEIRA, 2003)

Sobre a ocupação indígena da Ilha Grande destacam-se as pesquisas publicadas por Melo (1987), Capaz (1988) e Nesi (1990), que, também, apontam a Ilha Grande, como importante centro de abastecimento de embarcações, no século XVI, utilizada para obtenção de água e alimento, tanto pelos portugueses, para evitar os Tamoios no continente, como por piratas e contrabandistas para evitar a fiscalização portuguesa. Por causa disso, a Ilha nessa época apresentava pequenos núcleos populacionais, onde habitavam indivíduos que viviam do comércio que teria surgido para esse abastecimento.

O período de isolamento abrange os anos 1714 até 1764, quando a Ilha ficou praticamente desabitada, sendo registrada apenas a existência de duas casas: uma localizada na praia do Morcego e outra na enseada da Estrela.

No período posterior do isolamento, que vai 1815 a 1822, a Ilha passa a despertar interesse econômico, sendo utilizada como entreposto para o contrabando de escravos e Pau-Brasil (Nesi, 1990). Nos séculos XVIII e XIX, a floresta é desmatada para o plantio de cana-de-açúcar, sendo registrada a presença de seis usinas nas praias da Estrala, Matariz, Longa, Santana e Sítio Forte. Pouco depois, o cultivo de cana-de-açúcar dá lugar às lavouras de café, que se concentraram, principalmente, nas praias do Abraão e Sítio Forte. Em 1884, já em decadência das atividades agrícolas, em grande parte devido a precariedade do escoamento, é construído, por ordem do Imperador Don Pedro II, o Lazareto.

Segundo Nesi (1990), Dom Pedro II começou a construção do lazareto quarentenário (hospital de quarentena), onde seriam inspecionadas as embarcações destinadas ao Porto do Rio de Janeiro para evitar a cólera. Para construir o lazareto, D. Pedro II comprou as Fazendas de Dois Rios (1884) e do Holandês (1885) que estavam desativadas. A obra foi concluída em 1886, mas já nesse ano este tipo de hospital foi considerado ineficaz pelo Congresso Sanitarista.

Com a construção do lazareto houve uma tendência de deslocamento populacional e uma concentração de pessoas na Vila do Abraão, em função da nova disponibilidade de trabalho. Em 1911, segundo Nesi(1990), a população já somava de oito a dez mil pessoas. Em 1903, o lazareto é transformado em presídio político e a Fazenda de Dois Rios é transformada na Colônia Correccional Cândido Mendes, que mais tarde passou a se chamar Colônia Agrícola do Distrito Federal .

Até 1962, a Ilha Grande contou com dois presídios, quando, inexplicavelmente, o antigo lazareto foi demolido por ordem do governador Carlos Lacerda, apesar da oposição e

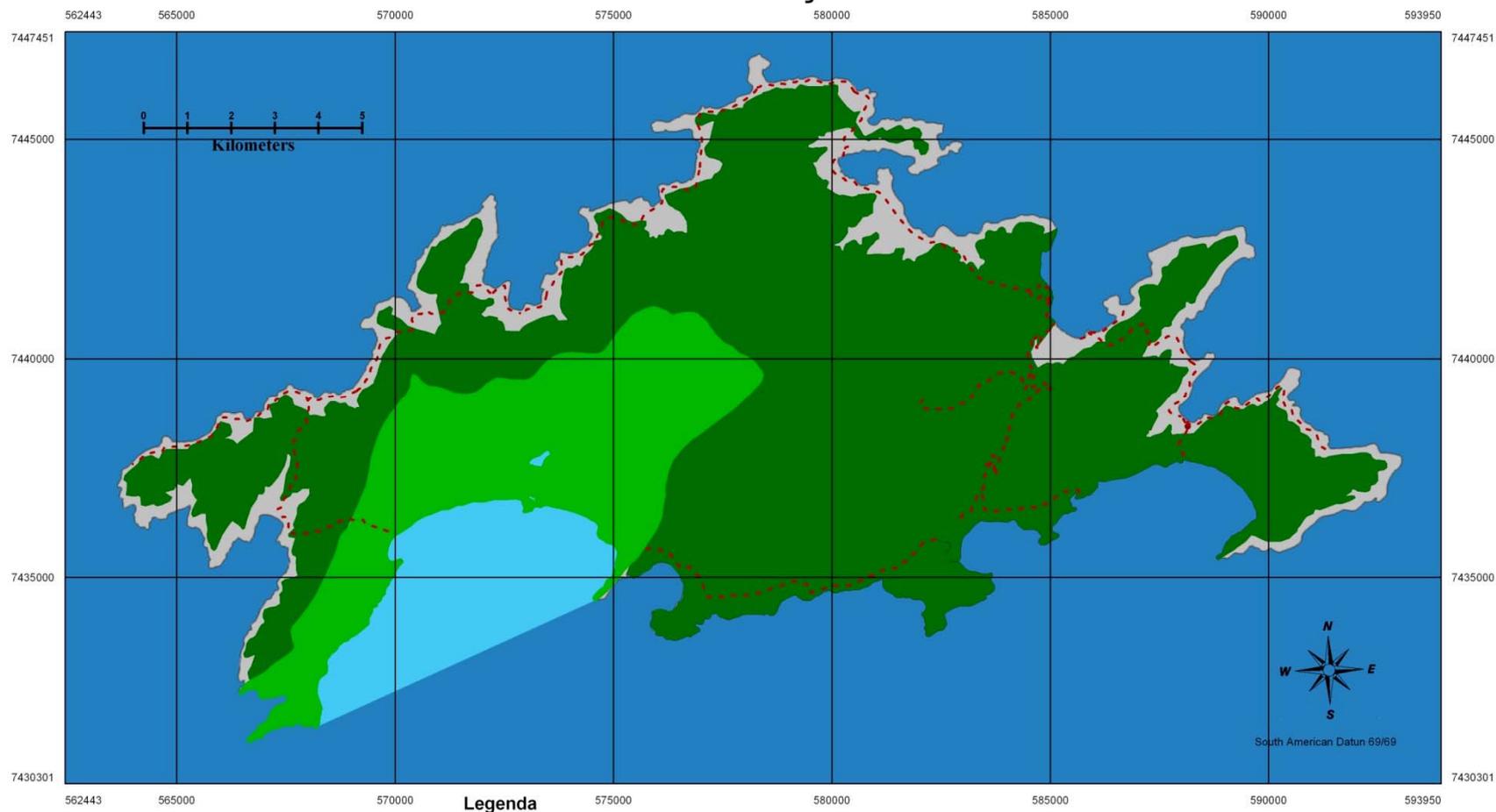
da indignação dos moradores da Ilha Grande (NESI, 1990). Durante muito tempo, a Ilha Grande foi conhecida como um local perigoso com presos fugitivos escondidos no mato e como uma ilha cercada por tubarões. As vilas que ficavam na rota de fuga, como a localizada na praia da Parnaioca, que chegou a ter mais de mil habitantes no final do século passado, foram abandonadas, a população foi afugentada pelo ataques dos presos. A criação em 1903 de colônias penais na Ilha Grande, onde é fundada a de Dois Rios consolida a utilização da ilha para uso correcional e torna-a um lugar de receio da população até o ano de 1994, com a desativação do último presídio existente na Ilha.

Em razão de ter sido durante um longo período da história uma área de segurança nacional, por localizar em seu território presídios, a Ilha teve um crescimento urbano reduzido que acabou por beneficiar a conservação de suas florestas. Essa situação levou a Ilha a apresentar, atualmente, um grande espaço natural em elevado estágio de conservação passível de ser explorado para a atividade turística (LEAL FILHA, 2006) e, também, para fins de preservação e conservação ambiental, atividades que se iniciaram na década de 70 e que se intensificaram nos dias atuais.

2.3. As unidades de conservação da Ilha Grande

Acompanhando a tendência nacional de criação de áreas protegidas, a década de 1970 marca o início das políticas e ações de proteção ambiental na Ilha Grande. Atualmente, a Ilha possui cinco unidades de conservação, conforme o mapa 03. São distribuídas em três categorias diferentes (APA, PARQUE e RESERVA) e geridas pelo Instituto Estadual do Ambiente (INEA), órgão que unificou os antigos gestores das unidades (a FEEMA e o IEF),

Unidades de Conservação da Ilha Grande



Elaborado por Thaís Xavier a partir da base digital
1:25.000 da Prefeitura de Angra dos Reis disponível para
download em www.angra.rj.gov.br.

Mapa 03: Unidades de conservação da Ilha Grande

além da própria competência municipal com lei orgânica e código de posturas que contemplam uma legislação ambiental específica no nível municipal.

A primeira unidade de conservação criada na Ilha foi o Parque Estadual da Ilha Grande em 1971, seguidos da Área de Proteção Ambiental dos Tamoios (1987), Reserva Biológica da Praia do Sul (1981), Parque Estadual Marinho do Aventureiro (1990). Algumas categorias de unidades de conservação, como a Reserva Biológica da Ilha Grande, criada em 1987, jamais foram implementadas compondo a listas dos chamados “parques de papel”⁹. A figura 6 apresenta paisagens dessas UCs.

I. APA dos Tamoios

A APA (Figura 02) foi criada em 1987, mas só em 1994 foi estabelecido seu plano diretor o qual ainda não foi revisado. O objetivo da UC é assegurar a proteção do ambiente natural, das paisagens de grande beleza cênica e dos sistemas geo-hidrológicos da região.

A APA é composta de duas partes: a parte Continental que abrange todos os terrenos de marinha e seus acrescidos de conformidade com Decreto-Lei Federal nº 9.760, de 1946; e , uma Parte Insular que abrange todas as terras emersas da Ilha Grande e de todas demais ilhas que integram o Município de Angra dos Reis, na baías da Ilha Grande, da Ribeira e da Jacuecanga num total de 91 ilhas, abrangendo uma área de aproximadamente 214 km² (DECRETO n. 9.452, 1987).

Conforme bibliografia especializada são muitos os impactos e as incongruências relativas às questões ambientais na área, principalmente a gestão da UC. Oliveira (2005) destacou conflitos

⁹ Expressão criada por Diegues (1993) Para referir-se as unidades de conservação que são criadas por decreto, porém jamais chegam a ser implementadas, só existindo como ficção jurídica.

ligados a legislação ambiental e ao uso e ocupação do solo na APA, relacionando esses problemas à falta de gestão e incongruências das leis ambientais.

II. Reserva Biológica da Praia de Sul;

A Reserva Biológica Praia do Sul (RBEPS), localizada na porção sudoeste da Ilha Grande, foi criada em 1981. Possui uma área de 36 km² apresentando bom estado de conservação da vegetação, em grande parte devido ao difícil acesso ao local. Cerca de 22,2% da área da RBEPS é ocupada por uma planície arenosa constituída por dois cordões de vegetação. Os cordões são separados pelo canal que dá vazão as lagoas do Sul e do Leste, localizadas entre o cordão interno e o sopé da serra de Araçatiba. Este mesmo canal desemboca no mar, ao lado da ilhota do Leste, separando as praias do Sul e do Leste (NUNES;FREITAS, 2006) .

A reserva foi criada com o objetivo de preservar os ecossistemas naturais que abrigam exemplares da flora e fauna endêmicos (DECRETO ESTADUAL N. 4972, 1981). A reserva possui grande importância arqueológica, com inúmeros sítios arqueológicos que documentam a presença de antigos povos na ilha, alguns com mais de três mil anos conforme observado no estudo de Oliveira (2004).

A Reserva até o início de 2007 era administrada pela Feema, quando passou a ter gestão compartilhada com o IEF, posteriormente INEA. Até o momento não foi estabelecido um plano de manejo. Além disso, quando a reserva foi criada era previsto a retirada de uma vila de moradores em seu interior, o que nunca aconteceu. A relação com os moradores e os órgãos gestores já foi no passado muito conturbada.

Atualmente a manutenção da Vila tem sido debatida pelo INEA com o apoio dos moradores, prevendo a exclusão da vila dos limites da reserva biológica e a criação de uma reserva de desenvolvimento sustentável, já que a vila tem no turismo a principal fonte de sobrevivência.

O Termo de Compromisso firmado em 2006 entre a Feema, que administrava a reserva na época, a Prefeitura de Angra dos Reis e Associação de Moradores da Vila do Aventureiro, estabeleceu os limites provisórios da área de exclusão e a limitação de visitação turística na vila em 560 pessoas por dia (CORREIO DO BRASIL, 2008). Porém, esta atividade não tem sido bem conduzida tendo como consequência impactos, dentre os principais relatados pelo INEA em entrevista são: a grande quantidade de lixo que vem do mar, bem como de embarcações, sejam navios ou pequenos barcos de pesca e veleiros e, também, detritos que vão desde sacos plásticos, tênis, chinelos, embalagens de produtos etc.



Figura 02: Área de Proteção Ambiental dos Tamoios. Fote: www.ilhagrande.org



Figura 03: Reserva Biológica Praia do Sul. Fonte: www.ilhagrande.org

III. Parque Estadual Marinho do Aventureiro

As unidades de conservação em área marinha são recentes na política de criação de espaços protegidos no Brasil. Estas UCs começaram a ser estabelecidas nas últimas décadas do século passado. Atualmente existem poucas unidades de conservação no Brasil na categoria de

proteção integral e nenhuma na categoria de uso sustentável (XAVIER, 2005). Uma delas é o Parque Estadual Marinho do Aventureiro (Figura 4) criado em 1990, que possui uma área equivalente a 45km² e corresponde à parte marítima adjacente à Reserva Biológica da Praia do Sul, formado pela região litorânea, zona de marés, desembocadura de rios, canal e zona nerítica.

O Parque Estadual Marinho do Aventureiro tem como limites definidos a Ponta do Drago, prosseguindo pela linha da preamar média, no sentido nordeste, pela linha de costa, até encontrar a Ponta do Aventureiro. Desse ponto, prossegue em sentido horário até o ponto mais a sudoeste da Ponta da Tacunduba, incluindo costões rochosos, matacões, e a elevação existente na desembocadura das lagoas do Leste e Sul, e as praias do Aventureiro, Demo, Sul e Leste. O objetivo expresso no decreto de criação visa assegurar a proteção dos ecossistemas presentes e o uso recreativo, de pesquisa científica e educacional (DECRETO ESTADUAL No 15.983, 1990).

Até o presente momento, o Parque não conta com plano de manejo e enfrenta um grave problema para sua implementação. A proximidade com a Reserva Biológica Praia do Sul, área adjacente ao Parque, impossibilita o seu uso na sua função recreativa, já que esbarra nas restrições legais imposta pela existência da reserva. Nesse sentido, a visitação ao Parque durante muito tempo foi proibida, apenas recentemente em 2006, com a celebração de um Termo de Ajuste de Conduta entre a população moradora da Reserva Biológica da Praia do Sul e o órgão ambiental responsável pela área o turismo foi permitido, desde que realizado de acordo com as regras estabelecidas no TAC.

IV. Reserva Biológica da Ilha Grande

A Reserva Biológica da Ilha Grande foi criada em 1981 pelo Decreto No. 9728, de 06/03/1987. Esta unidade de conservação jamais foi implementada, compondo o que Brito (2003) chama de “parques de papel”. Diversas vezes o Comitê de Defesa da Ilha Grande, pesquisadores e moradores da Ilha solicitaram pela revogação do decreto de criação da reserva, mas essa ação sempre esbarrou em obstáculos jurídicos.

O decreto só pode ser revogado por lei, como o assunto não é levado para votação, a reserva continua a existir embora sua implementação, fiscalização e controle sejam ignorados pelo próprio órgão fiscalizador.

V. Parque Estadual da Ilha Grande

O Parque Estadual da Ilha Grande(Figura 05) foi criado em 1971 e sofreu ao longo do tempo reduções e ampliações da sua área original. Por contemplar a análise proposta nesta dissertação, receberá um capítulo a parte dedicado a sua análise e compreensão.



Figura 04: Parque Estadual Marinho do Aventureiro.
Fonte: www.ilhagrande.org



Figura 05: Parque Estadual da Ilha Grande.Fonte:
www.ilhagrande.org

2.4. Turismo e impactos ambientais da atividade

O turismo é uma atividade recente na história da Ilha Grande. Até os anos de 1960 a localidade era desconhecida pelos turistas que só ouviam falar da Ilha Grande por causa do presídio. O próprio acesso era difícil, pois não havia embarcações para atender a essa atividade. As únicas embarcações que chegavam a Ilha eram para desembarcar os presos, funcionários e familiares da prisão.

Esse quadro veio a se alterar somente com a divulgação da Ilha Grande nos meios de comunicação, que apresentavam a Ilha como local paradisíaco, isolado e com grandes belezas naturais. A grande divulgação na mídia fez com que um grande fluxo de turistas aportasse na Ilha, despertando o interesse de grupos econômicos que a partir desse momento apropriaram-se de várias praias com objetivos de investimentos a curto e médio prazo.

A desativação do presídio contribuiu para o aumento do fluxo de turistas e que hoje vem crescendo significativamente. Segundo Ramuz (1997, p. 123) o turismo na Ilha Grande pode ser dividido em três momentos distintos: o primeiro período que vai de 1974 a 1984, chamado fase de implementação, o segundo período de 1984 até 1994, fase de dinamização e, após 1994, fase de afirmação.

A fase de implementação caracterizou-se pelo fomento do turismo na região Sul Fluminense, com a criação de políticas públicas, pólos de desenvolvimento e investimentos em infraestrutura para a atividade. A fase de dinamização, pelo crescimento da atividade turística com a valorização dos espaços naturais. O incremento de fluxos de visitantes e turistas foi em grande parte despertado pela ampla divulgação das potencialidades da atividade na região, a partir do uso intensivo dos meios de comunicação e marketing. A terceira fase, conhecida como afirmação, corresponde ao período de consolidação da atividade na região, com a proliferação de pousadas, casas de segunda residência, *campings* tornando a região conhecida como Costa Verde.

Alguns fatores, citados por Ramuz (1997), tais como o difícil acesso, falta de infraestrutura local, presença de unidades de conservação de uso restritivo, bem como a presença do Instituto Penal Cândido Mendes, dificultaram a implementação do turismo na Ilha Grande fazendo com que o local não obedecesse à mesma dinâmica verificada no continente.

O crescimento da atividade turística na Ilha Grande, desde sua fase de implementação até a fase de afirmação não foi acompanhado de um planejamento da atividade, acarretando diversos impactos ambientais, como: o aumento da poluição e o aumento da demanda sobre os recursos hídricos (Figura 06), a ocupação das encostas que deu início a um processo de favelização, a destruição da vegetação nativa, a maior demanda por infraestrutura (transporte, comércio, fornecimento de energia), a presença de lixos nas trilhas, a perda de identidade das comunidades da Ilha, além do crescimento da economia informal, com um número cada vez maior de “ambulantes” tentando vender seus produtos e ingressar nesse mercado turístico (LEAL FILHA, 2006; ROCHA, 2006).

Segundo Leal Filha (2006, p.107), atualmente o grande problema da atividade turística na Ilha Grande é a falta de infraestrutura para a sua execução.

Não há infraestrutura suficiente para abastecer o número de turistas que chegam na Ilha e , principalmente em dias de feriados e datas comemorativas há um grande “congestionamento” de pessoas (pousadas lotadas, bares e restaurantes funcionando intensamente). A falta da infraestrutura necessária para o desenvolvimento da atividade contribui para expansão das atividades informais, como ambulantes e “barraquinhas” que vendem bebidas, aperitivos, doces, bijouterias no centro na vila de Abraão.

Ramuz (1997) destaca, também, a depredação dos monumentos históricos como o próprio presídio (que foi implodido), as antigas instalações do Lazareto que atualmente encontram-se em ruínas(Figura 07), as fábricas de sardinha (Figura 08), o aqueduto (Figura 09) dentre outros que se encontram em grande estágio de degradação, conforme observado na figura 7.

Hoje, algumas dessas instalações estão passando por reformas e manutenções. As ruínas do Instituto Penal Cândido Mendes estão sendo reformadas para dar lugar ao museu do cárcere, o aqueduto e as antigas instalações do lazareto estão sendo conservados e restaurados, integrando o roteiro turístico da Ilha.



Figura 06: Esgoto lançado sem tratamento pelas pousadas na vila do Abraão . Fonte: LEAL FILHA, 2006.



Figura 07: Depredação do patrimônio cultural (Ruínas do antigo lazareto). Fonte: acervo NEPPT.



Figura 08: Ruínas da antiga fábrica de sardinha. Fonte: www.ilhagrande.org.br



Figura 09: Ruínas do aqueduto. Fonte: acervo NEPPT.

2.5. Instituições, organizações e atores

Por conta das transformações que a Ilha Grande sofreu ao longo dos anos, surgiram conflitos em razão das demandas e interesses diversificados entre os atores sociais com o uso dos

recursos disponíveis na área e as imposições legais criadas a partir das políticas territoriais ambientais.

A criação de leis de proteção ambiental na Ilha Grande tiveram um caráter mais restritivo e punitivo do que de fato ordenador. Os conflitos entre os atores sociais se intensificaram nos últimos anos, principalmente na década de 90 após a desativação do presídio, já que foi nesse período que se delineou as ações sobre os usos que seriam dados a Ilha Grande.

O estudo de Dutra (2008) apresenta um grande esforço de sistematização dos atores sociais presentes na Ilha Grande e suas principais reivindicações. Dutra (2008), definiu oito grupos (cor preta) que se dividem em vinte e dois agentes (cor amarela), de acordo com a figura 10. Neste estudo, optou por caracterizar os mais relevantes para a análise, sendo agrupados em: comunidades e grupos sociais (moradores e turistas), organizações da sociedade civil (associações e ONG), agentes institucionais (entes federativos), entidades de ensino e pesquisa e empresários .

I. Comunidades e grupos sociais

Segundo Dutra (2008), existem dois grupos de moradores na Ilha Grande, que foram classificados em: moradores nascidos na Ilha Grande e moradores não nascidos na Ilha Grande.

Os **Moradores nascidos na Ilha** representam a maioria da população residente. Uma característica desse grupo, em uma visão geral, é a falta de qualificação e de renda da comunidade local. Este fato concorre para a baixa inserção do grupo na atividade turística.



Figura 10: Organograma dos atores sociais da Ilha Grande. Fonte: DUTRA, 2008.

Segundo o IVT (2009), basicamente os ilhéus seguem realizando tarefas caseiras, ou outras de baixa remuneração/qualificação. A maior parte dos empreendimentos turísticos foi instalada ou é gerenciada por pessoas "não nascidas" na Ilha Grande, o que confere à exploração turística na Ilha Grande características pouco participativas e em muitos casos excludentes da comunidade local. Esses atores tem como principais reivindicações: a regularização fundiária, a necessidade de conservação ambiental, a restrição dos usos tradicionais (pesca e agricultura), a melhoria de infra-estrutura social e urbana, a implantação do sistema bancário e a geração de trabalho e renda (DUTRA, 2008).

Ainda de acordo com Dutra (2005), os **Moradores não nascidos na Ilha Grande** perfazem uma importante parcela da população local. Dividem-se em os que chegaram na Ilha antes da explosão da atividade turística e os que chegaram recentemente, acompanhando o crescimento da demanda de serviços ligados à atividade. Para Dutra (2008,p.123), “os moradores não-nascidos, que chegaram recentemente, trouxeram mudanças na Ilha, na medida que buscaram estabelecer uma nova lógica para a Ilha, incrementando a atividade turística através do fornecimento de serviços, novos equipamentos turísticos, dentre outros, trazendo conflitos com os moradores nascidos, não satisfeitos com o aumento do fluxo de turistas e visitantes que desembarcavam na Ilha”. Outro ponto importante levantado pelo IVT (2009) é que enquanto as áreas adquiridas por veranistas oriundos sobretudo do Rio de Janeiro ou de São Paulo permanecem com pouco ou nenhum uso durante a maior parte do ano, áreas como a de Abraão, apresentam um grande fluxo de pessoas em determinados períodos do ano, acarretando sobrecargas periódicas sobre a débil infra-estrutura da Ilha Grande, que mal serve à população habitante. Dentre as principais demandas apresentadas por esse grupo Dutra (2008) destaca a necessidade de investimentos em infra-estrutura urbana e a criação de empregos.

Os **turistas** representam outro importante grupo de atores sociais presentes na Ilha. A renda advinda do turismo contribui no incremento da renda da economia local comparativamente com as atividades tradicionais ligadas aos recursos florestais, à agricultura doméstica e à pesca. Houve um aumento considerável de ingressos de turistas após a implosão do presídio Cândido Mendes trazendo como demanda melhorias na infra-estrutura urbana e na prestação dos serviços, principalmente nos meses de maior fluxo.

II. Organizações da sociedade civil

São muitas as organizações da sociedade civil presentes na Ilha Grande. Destacam-se as associações (moradores, barqueiros, pousadeiros) e as entidades voltadas para a proteção do meio ambiente (CODIG, SAPÊ).

As **associações de moradores** estão localizadas por toda Ilha. As comunidades buscam através das associações respaldo para melhorar a infra-estrutura das localidades. Com a revisão do Plano Diretor oito associações de moradores estão sendo consultadas e participam do núcleo gestor juntamente com outras entidades civis.

Destacam-se as principais associações que atuam na ilha: Associação de Moradores: Abraão (AMA); Vila de Dois Rios; Matariz e Bananal; Araçatiba; Provetá; Paranioca e Aventureiro; Associação de Moradores e Amigos da Ilha Grande – AMAIG ; Associação de Mulheres do Abraão – SOMA (DUTRA, 2008).

A **Associação de Pousadeiros**, também chamada de Associação dos Meios de Hospedagem da Ilha Grande, conta com mais de 100 pousadas cadastradas. A maior parte concentra-se na Vila do Abraão, são mais de 70 pousadas cadastradas para dar suporte aos visitantes. As principais exigências manifestadas pelos pousadeiros estão direcionadas à melhoria de infra-estrutura urbana; investimento no turismo e na qualificação da mão-de-obra (DUTRA,

2008, p. 154). Segundo dados apresentados pelo IVT (2009) a atividade turística é realizada principalmente por moradores não nascidos. A maioria das pousadas é de propriedade de pessoas não nativas na Ilha, embora geralmente residentes. O turismo não tem raízes fortes na população nativa de Ilha Grande e até a maioria dos empregados das pousadas não é original de Ilha Grande.

A **Associação de Barqueiros** possui em média 60 associados (entre traineiras e escunas) que promovem a visitação nos principais pontos turísticos da Ilha. Junto com as pousadas essas atividades caracterizam-se como a maior fonte de geração de trabalho e renda para os habitantes da Ilha Grande. Em época de alta temporada, o preço das passagens de barco em direção a Mangaratiba e Angra dos Reis podem triplicar (em relação ao preço das Barcas S.A.) e o controle de pessoas que chegam a Ilha torna-se difícil de quantificar (DUTRA, 2008).

As **ONGs** exercem um importante papel na proteção ambiental na Ilha Grande. Destacam-se o Comitê de Defesa da Ilha Grande - CODIG e a Sociedade Angrense de Proteção Ecológica-SAPE. A atuação do CODIG e SAPÊ têm sido a política de reivindicação e confrontação, denunciando ao Ministério Público Federal e Estadual infrações e crimes ambientais que estão sendo cometidos, além de prestar auxílio a outros órgãos do meio ambiente na elaboração de políticas ambientais para a Ilha Grande.

O **CODIG** é uma organização da sociedade civil sediada na Vila do Abraão, que tem como principal objetivo a proteção da Ilha Grande. A ONG surgiu a partir dos moradores com a publicação de um documento denominado Manifesto em Defesa da Ilha Grande que reuniu 5.500 assinaturas entre moradores e turistas do mundo inteiro. Esse documento denunciava a falta de interesse do poder público em relação às questões ambientais da Ilha Grande e o privilégio dado a setores do turismo e da especulação imobiliária. O manifesto acionava o Ministério Público no sentido de adotar medidas para privilegiar os interesses sociais e coletivos relacionados com os moradores e com o meio ambiente.

A organização tem uma atuação significativa na Ilha proporcionando fórum de discussões, acionando o ministério público quanto às irregularidades no uso e ocupação do solo insular e na participação de encontros, congressos e seminários. Realizou vários projetos importantes na Ilha como Centro de Vivências da Ilha Grande, Cinema na Praia e o projeto Sistema de qualidade das águas da Ilha Grande, dentre outros.

A **SAPE** surgiu na cidade de Angra dos Reis na década de 1970, participando de diversos protesto contra a construção de usinas nucleares na cidade. Suas ações de defesa do meio ambiente promoveram a preservação do patrimônio histórico edificado em Angra dos Reis e Mambucaba; tombamento e desapropriação pelo município do sobrado que se tornou sede da Casa de Cultura de Angra dos Reis; várias ações de vulto em torno da proteção ambiental da região: ocupação irregular do solo, incremento da atividade turística, ocupação do espaço urbano; fomento a valorização da cultura local, como destaque para a Festa do Divino.

Atualmente a ONG participa de vários projetos de proteção ambiental na Ilha Gande, destacando-se o Centro de Informações Ambientais da Estação Ecológica de Tamoios, contribuindo com a conservação da biodiversidade e a sustentabilidade sócio-ambiental da Baía da Ilha Grande, financiado pelo Fundo Costa Atlântica e Fundação SOS Mata Atlântica com o objetivo de consolidar um Centro de Informações Ambientais da Estação Ecológica de Tamoios, firmando-a como Unidade de Conservação promotora de estudos e pesquisas que contribuam para a formulação de políticas públicas para a sustentabilidade sócio-ambiental da baía da Ilha Grande.

III. Os agentes institucionais

Dentre os agentes institucionais mais presentes na Ilha Grande destacam-se: a Prefeitura, através da gestão municipal, o governo estadual com o INEA, antigos IEF, FEEMA e SERLA , e o governo federal, com presença bem menos significativa, a partir do seu órgão de meio ambiente – o IBAMA.

Segundo o estudo de Dutra (2008), o distanciamento provocado entre a sede do município (localizado no continente) e a capital da Ilha grande (Vila do Abraão) e o descaso quanto às reivindicações da população da Ilha, além da sobreposição com outros níveis de atuação como o poder público estadual e federal contribuíram para dificultar o diálogo e a negociação política, acarretando diversos conflitos entre os atores sociais.

Na esfera estadual a presença do órgão ambiental é bem marcante. O INEA, antigo IEF, possui uma estrutura administrativa na Ilha Grande e é o órgão responsável pela maioria das unidades de conservação presentes na Ilha Grande. Algumas críticas foram feitas em relação a UERJ, na área do Parque Estadual, pois foram constatadas irregularidades no manejo da fauna local, entre elas o próprio extermínio de exemplares de espécies endêmicas, além da abertura de estradas sem o devido comunicado ao órgão.

Na esfera federal, destaca-se pela presença das ações de fiscalização feitas pelo IBAMA responsável pelo controle da Estação Ecológica Tamoios, localizada na Baía de Ilha Grande. Além do IBAMA participam o Ministério Público Federal e a Secretaria de Patrimônio da União. Os principais conflitos estão ligados com proprietários de residências de alto valor, com as grandes empresas, com os turistas, e com outros atores do poder público relacionados a não observância da legislação ambiental vigente (DUTRA, 2008).

IV. Entidades de ensino e pesquisa

O principal órgão de pesquisa presente na Ilha Grande é a **Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UERJ)**, que desenvolve trabalhos nas áreas de ecologia, biologia, geografia, ciências sociais, dentre outras. O campus de extensão da UERJ está localizado na vila de Dois Rios nas antigas instalações do presídio Cândido Mendes. O maior conflito envolvendo a universidade e os moradores da vila está relacionado com a gestão da área onde a comunidade está inserida: em um primeiro plano a Prefeitura, em segundo o IEF e, posteriormente a UERJ.

A comunidade de Dois Rios se ressentia das mudanças na gestão do espaço. Um exemplo bastante citado pelos moradores é o transporte. Na época do presídio os moradores dispunham de transporte entre a vila de Dois Rios e Abraão. Com a chegada da universidade o transporte foi interrompido. Muitas vezes a UERJ transportava estudantes e se recusava a transportar os moradores sob a alegação que caso ocorresse um acidente a universidade seria responsabilizada. Segundo a UERJ a função do transporte deveria ser exercida pela prefeitura.

Atualmente, após um acordo com os moradores, o transporte é feito para atender as necessidades do CEADS e da comunidade de Dois Rios. O transporte de turista, a chamada “carona”, continua proibido. Além disso, o emprego de alguns moradores para dar suporte ao funcionamento do CEADS minimizaram as divergências e proporcionaram uma melhor integração da universidade com os moradores da vila.

V. empresários locais

Os **empresários locais** são caracterizados, segundo Dutra (2008, p.143), como proprietários de pousadas, restaurantes, *campings*, comércio varejista, prestadoras de serviços e que, segundo dados do CONSIG, 98% são microempresas, havendo um alto índice de

informalidade das empresas e dos postos de trabalho e a taxa média de ocupação de postos de trabalho: 5 pessoas (7 na alta temporada) . Além de pousadeiros e barqueiros, fazem parte deste segmento a Ilha Grande Convention and Visitors Bureau, Associação de Maricultores da Baía da Ilha Grande – AMBIG e o Jornal O Eco (Jornal de apelo ambiental que publica mensalmente as principais demandas da Ilha Grande).

Em relação às principais reivindicações destacam-se: o controle da expansão urbana desordenada; a falta de infra-estrutura urbana e de um sistema bancário para atender as demandas locais; a necessidade de qualificação da mão-de-obra e capacitação do empresariado; e a melhoria no aperfeiçoamento da infra-estrutura turística (receptivo, informação, *marketing*, fiscal).

As mudanças provocadas pela incremento da atividade turística (com a implosão do presídio) e a criação e efetivação das políticas territoriais ambientais transformaram as relações sociais existentes. Conforme Ferreira (2006; p. 93) tendo com referência relatos de moradores, estabelecem-se novas relações entre os grupos sociais que passam a ser comandados pelo lema “cada um cuida de si e procura se dar bem e quer ser melhor do que o outro”.

As reivindicações e os conflitos dos atores sociais presentes na Ilha Grande demonstram as demandas e intencionalidades entre esses grupos sociais com o uso da área e dos recursos naturais disponíveis. Esses conflitos e interesses produzem resultados importantes na construção e apropriação do território da Ilha, bem como transformações conseqüentes.

3. DO TERRITÓRIO DO CÁRCERE AO TERRITÓRIO DE PROTEÇÃO DA NATUREZA

O objetivo deste capítulo é destacar a influência do Instituto Penal Cândido Mendes como organizador e condutor da dinâmica espacial da Ilha Grande, bem como, as repercussões da sua desativação e implosão. São apresentados, também neste capítulo, mapas a partir dos dois temas propostos no título “território do cárcere” e “território da proteção da natureza”, e uma síntese dos conflitos envolvendo as populações no interior do PEIG, destacando as transformações no espaço da Ilha, especialmente, na área da comunidade de Dois Rios.

3.1. Breve história do Instituto Penal Cândido Mendes

A história dos presídios existentes na Ilha Grande apresenta muitas lacunas e controvérsias, principalmente, informações sobre os presídios mais antigos como o antigo lazareto, depois transformado em penitenciária (figura 11, 12 e 13), e o primeiro presídio construído na vila de Dois Rios. Pereira¹⁰ (1994) e Sepúlveda(2007) apresentam excelentes trabalhos de resgate da memória das prisões da Ilha Grande que subsidiaram a elaboração deste capítulo.

Dados sobre presídios na Ilha Grande remetem ao ano de 1903, porém é com a desativação da colônia Agrícola e, depois, colônia militar em 1933 na Ilha de Fernando de Noronha e da transferência dos seus presos para a recém construída prisão que se inicia o processo de construção do território do cárcere na Ilha Grande (Figura 14).

O Decreto-Lei n.º 319, de 7 de março de 1938, criou a Penitenciária Agrícola do Distrito Federal na vila de Abraão e o Decreto-Lei n.º 3.971, de 24 de dezembro de 1941, mudou a

¹⁰ Inair de Souza Pereira foi diretor do IPCM. Logo após a implosão do presídio publicou o livro Jupirão: Ilha

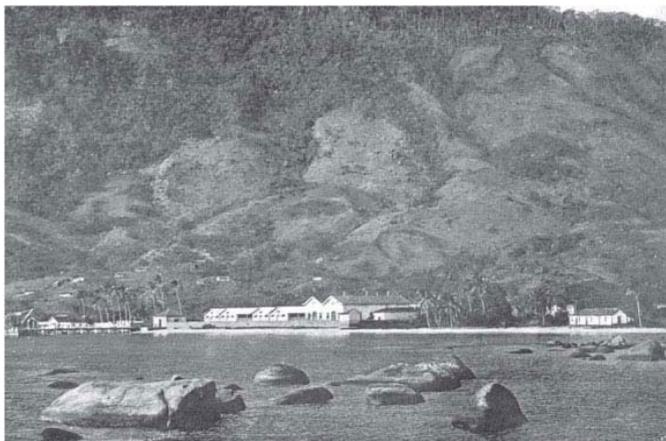


Figura 11: Imagem do Lazareto na chegada da Ilha . Fonte: SEPULVEDA, 97.



Figura 12: Gravura do Antigo Lazareto . Visada lateral. Fonte: www.ilhagrande.com.br.



Figura 13: Gravura do Antigo Lazareto .Visada Diagonal. Fonte: www.ilhagrande.com.br

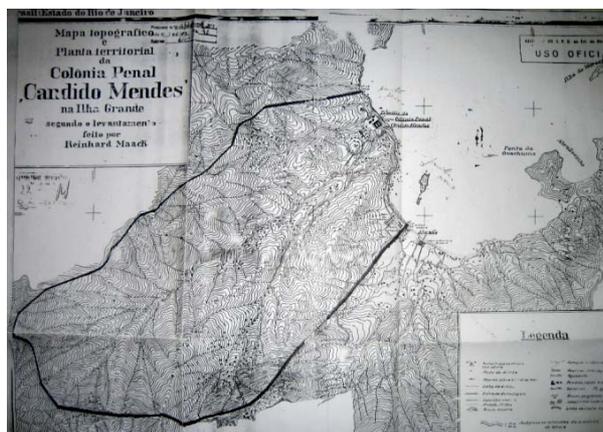


Figura 14: Planta cadastral da vila de Abraão incluindo os terrenos pertencentes a antiga Colônia Penal Cândido Mendes. Fonte: acervo NEPPT.

denominação da Penitenciária Agrícola para Colônia Penal Cândido Mendes.

Em 1942, foi criada na vila de Dois Rios a Colônia Agrícola no Distrito Federal, também situada na Ilha Grande. Com a transferência para o estado da Guanabara dos serviços locais da União, a Colônia Agrícola mudou seu nome para Colônia Agrícola do Estado da Guanabara. A Colônia Correccional Dois Rios teve suas instalações incorporadas ao novo presídio, passando a se subordinar àquele órgão. A Colônia Correccional Dois Rios foi extinta pela Lei nº 2.601, de 14 de setembro de 1956.

Em 1963, por ordem do governador Carlos Lacerda, as edificações que abrigavam a Colônia Penal Cândido Mendes foram desativadas e destruídas. A prisão funcionava desde 1903 aproveitando as instalações do antigo Lazareto (hospital construído em 1886 para quarentena de estrangeiros vindos da Europa com possíveis doenças contagiosas). Segundo Sepúlveda (2007) tal atitude era justificada por várias denúncias de arbitrariedades e maus tratos, além das péssimas condições físicas da prisão. Nessa época, as masmorras da Colônia foram consideradas inabitáveis e as práticas de controle dos presos, abusivas. O fim da Colônia foi associado à perspectiva de renovação no sistema penitenciário.

Os presos da Colônia Penal Cândido Mendes foram transferidos para a Penitenciária Lemos de Brito e para a Colônia Agrícola do Estado da Guanabara, situada em Dois Rios, que foi transformada em Presídio Cândido Mendes, posteriormente denominado Instituto Penal Cândido Mendes (IPCM), desativado em 28 de março de 1994. A figura 15 mostra a prisão Cândido Mendes e a figura 16 o interior da penitenciária



Figura 15: Vista do complexo do IPCM. Fonte: Jornal do Brasil, 10/04/1992.



Figura 16 Vista do pátio (Interior do IPCM). Fonte: www.ilhagrande.org.br.

A história do IPCM foi bastante tumultuada com muitas fugas de presos, rebeliões e atos de

violência que foram amplamente divulgados pelos meios de comunicação conforme relata Pereira (1994). O ano de 1971, por exemplo, foi conhecido pelas grandes transformações na cadeia. Nesse ano a penitenciária passou a se chamada de Instituto Penal Cândido Mendes na administração do Major PM Austran Manhães dos Santos e, já no final do mesmo ano, houve a implantação do trabalho dos presos sob a direção do Coronel do Exército Humberto Melchior Carneiro de Mendonça (PEREIRA, 1994).

O trabalho dos presos consistia na manutenção da estrada, produção de tijolos na olaria, trabalhos na horta e na criação de vacas, entre outros. Os presos poderiam trabalhar desde que escoltados por agentes de segurança penitenciária, ao final do expediente voltavam para a cadeia. Durante a gestão de Melchior, Pereira (1994) afirma que os presos conseguiram muitas “regalias” como o colono livre¹¹, e, mesmo com a decadência da produção agrícola as “regalias” persistiram.

O colono livre era uma figura atípica do código penal e foi instituído somente na penitenciária Cândido Mendes na Ilha Grande. Inicialmente trinta e oito internos receberam esse benefício, passando a residir fora dos muros da prisão com suas famílias. Segundo Pereira (1994, p. 34) os colonos livres,

Eram marginais de alta periculosidade com penas a serem cumpridas em media de setenta anos cada. A escolha era feita de modo aleatório com a justificativa de transformar o Instituto Penal Cândido Mendes no maior produtor hortigranjeiro do Estado do Rio de Janeiro.

Ainda segundo o mesmo autor (PEREIRA, 1994, p.37),

A proposta agradou a direção do DESIPE e o governo, acreditando que esse trabalho resolveria o problema de abastecimento hortigranjeiros a toda população carcerária e também ocuparia os internos em atividades laborativas, agilizando-lhe o

¹¹ Os presos com bom comportamento poderiam morar fora da prisão com as suas famílias desde que trabalhassem nas atividades do presídio (horta, manutenção da estrada, britadeira, etc.). Pereira (1994) afirma que era uma farsa, os presos eram indicados pelo diretor e não necessariamente tinham bom comportamento. Além disso, não trabalhavam nas atividades do presídio e, sim, na escolta do diretor. Alguns pagavam a agentes penitenciários por essa regalia e outros eram líderes da cadeia com grande influência sobre o diretor.

processo de ressocialização.

A década de 1970 foi um período tumultuado na cadeia com muitas fugas e mortes. Os habitantes da Ilha Grande viviam apavorados e eram constantes os raptos de pescadores pelos presos para serem levados para o continente. Esses acontecimentos, publicados exaustivamente nos jornais de publicação nacional e até internacional, desgastavam a imagem do diretor do DESIPE que decidiu desativar o presídio.

A missão coube ao novo diretor do presídio Major PM Moacir Guimarães Guitirana, que assumiu o cargo em 1978. Porém uma rebelião frustrou os planos do DESIPE e do novo diretor que voltou atrás pedindo exoneração de sua função. Para Pereira (1994; p. 6), esse fato representou um enfraquecimento do poder do estado e de um fortalecimento da facção criminosa Falange Vermelha, antecessora da facção Comando Vermelho, que a partir desse incidente foi crescendo em poder. Essa facção foi descoberta no ano de 1979 pelo diretor PM Nelson Bastos que produziu um relatório ao DESIPE solicitando ajuda para desestruturá-la, porém não recebendo respaldo decidiu por sua saída da função de diretor.

Em 1982 ocorre um fato inédito na história da cadeia, pela primeira vez é nomeado para o cargo de diretor da prisão um agente penitenciário, o Sr. Prédio Melo, logo exonerado pelo novo governador eleito Leonel Brizola. Segundo Pereira (1994, p. 7)

Na nova administração, todas as cadeias do sistema penal foram visitadas pelos líderes políticos do primeiro escalão reunindo secretários de justiça, de governo e transportes, com as lideranças dos internos recebendo indicações de novos diretores. A insensatez só foi justificada pelo compromisso político com a organização criminosa que os apoiou e os elegeu. Vários nomes foram vetados, inclusive o diretor da Ilha Grande foi exonerado a pedido do comendo vermelho, antiga falange vermelha.

Em 1983 assume o delegado Dr. Orlando Silva Côrrea, no auge do domínio do Comando Vermelho, expandindo ainda mais o colono livre e a ocupação total da vila de Dois Rios. Líderes

dos presos passaram a morar em casas apossadas dos servidores. Segundo dados publicados por Pereira(1994, p. 10), cento e vinte e oito internos construíram casas de estuque e foram morar com suas famílias à margem da estrada que liga a vila de Dois Rios ao Saco da Sardinha e à praia da Parnaioca, formando um total de quatrocentos e vinte pessoas residindo fora da cadeia, subsidiadas pelo Estado, um número superior a toda a comunidade de Dois Rios constituída de servidores e familiares. Essa população carcerária extramuro e cerca de setecentos internos eram comandadas pelo criminoso Rogério Lengreuber , o “bagulhão” , líder do Comando Vermelho.

Segundo Pereira (1994, p. 14),

Os trabalhos dos internos eram dirigidos pelas lideranças da cadeia que controlavam todas as atividades do presídio e muitas decisões eram tomadas em reunião com o diretor na residência oficial(...) sendo necessário afastar o delegado do cargo de diretor.

Houve tentativas do DESIPE em acabar com a prática do colono livre, que naquela altura encontrava-se fora de controle com líderes do Comando Vermelho cada vez mais poderosos, comandando não só os internos do presídio da Ilha Grande mais se comunicando com outros internos das penitenciárias do continente.

Para desestruturar a facção foi designado o Major PM Enéas Quintal de Oliveira que, segundo Pereira (1994), tentou iniciar um processo de moralização que durou pouco tempo. Não conseguindo reduzir o número de colonos livres, ainda tentou lançar um projeto chamado de “Agropen”, onde pretendia transformar a penitenciária Cândido Mendes em colônia agrícola com regime semi-aberto. Entretanto, frustrado e sem meios para realizar seu plano, pediu exoneração (Pereira, 1994).

Assumiram o Capitão PM Nilton Soares Ribeiro e o Major PM Paulo Bernardes da Cunha, respectivamente, em 1984 e 1985. Ambos ficaram pouco tempo na direção do presídio, devido à impossibilidade de restabelecer a ordem em virtude da grande organização dos presos

em torno do Comando Vermelho e das precariedades das instalações somados à falta de recursos.

Pereira (1994) afirma que o poder do Comando Vermelho era tanto que o governo mandava exonerar a pedido dos seus líderes aqueles diretores que colocassem muitos obstáculos aos presos, como às visitas íntimas e regalias conseguidas pelos presos. A fuga do famoso José Carlos dos Reis Encina, “o escadinha” que fugiu de helicóptero, trouxe repercussões negativas em nível nacional e internacional levando a exoneração do diretor do presídio Major PM José Carlos Barreto.

Sucederam-se ainda em 1986 o Major PM Fernando Medina Figueireda e o Capitão PM Nilton Luiz Ribeiro todos sem sucesso para conter o Comando Vermelho e os abusos dos colonos livres, que na época assaltavam residências dos funcionários provocando terror e medo entre os moradores da vila.

No ano de 1987, a direção do presídio estava nas mãos do Capitão PM Odolindo Bezerra Pinto Coelho que diante das constantes fugas e desordem intensamente publicadas na imprensa pediu exoneração assumindo em seu lugar o Capitão PM Inair de Souza Pereira, que na sua gestão voltou a fazer o controle dos presos pela contagem, conhecido como confere geral e nominal, que há tempos não era feito. Segundo Pereira (1994) foram constatados que duzentos e quarenta e seis presos estavam foragidos. Muitos ainda se encontravam na mata e outros a unidade penitenciária desconhecia.

Em 1988, assumiu o capitão PM Hildebrando Quinta Esteves e em 1990 o Capitão PM Deley e novamente a inércia do DESIPE em resolver os problemas do presídio prestando assistência em recursos, materiais ou apoio levaram os diretores a pedirem exoneração. Outros diretores passaram no comando do presídio sem sucesso no estabelecimento da ordem e da moralização da instituição que tinha sua imagem intensamente desgastada pelas notícias de fugas

e mortes violentas, levando o DESIPE e o governo do Estado a opção pela demolição.

Do final de 1992 a março de 1994, passaram dois diretores, o capitão PM Isaías e o Major PM Olavo Ramos Filho, que tiveram o papel de preparar o presídio para a demolição, através de um acordo entre o Comando Vermelho e a direção do DESIPE. O acordo estabelecia que se o Comando Vermelho ajudasse na transferência de presos impedindo rebeliões, fugas e mortes violentas nesse período de transição, o governo estadual libertaria líderes do comando presos em cadeias do continente, além da permissão de “regalias” aos líderes do comando presos (PEREIRA, 1994).

A demolição do presídio ocorreu em 3 de abril de 1994, cercada de controvérsias e brigas judiciais. A decisão da implosão foi acompanhada de sua rápida execução, o que gerou revolta entre as partes não consultadas (prefeitura, moradores, funcionários) que alegavam arbitrária a decisão do governo do estado.

3.2. As fronteiras do território

O Instituto Penal Cândido Mendes (Figura 17), instalado em 1941, desempenhou papel central na dinâmica da comunidade de Dois Rios e da Ilha Grande. A importância do presídio tornava a área de Dois Rios a mais dinâmica e a principal vila da Ilha Grande, até mais do que Abraão que era o principal porto de entrada.

Apesar das belezas do lugar, a imprensa, a opinião pública e os próprios detentos costumavam referir-se à Ilha Grande como “Caldeirão do Inferno”. Para Sepúlveda (2007), o histórico de arbítrio, corrupção e violência nas instituições carcerárias da Ilha Grande se manteve mais ou menos inalterado e, sobrepôs-se sempre às melhores intenções, entre estas, a de construir-se um “sistema penitenciário modelo” num local paradisíaco, cujo isolamento facilitava

os propósitos do governo.

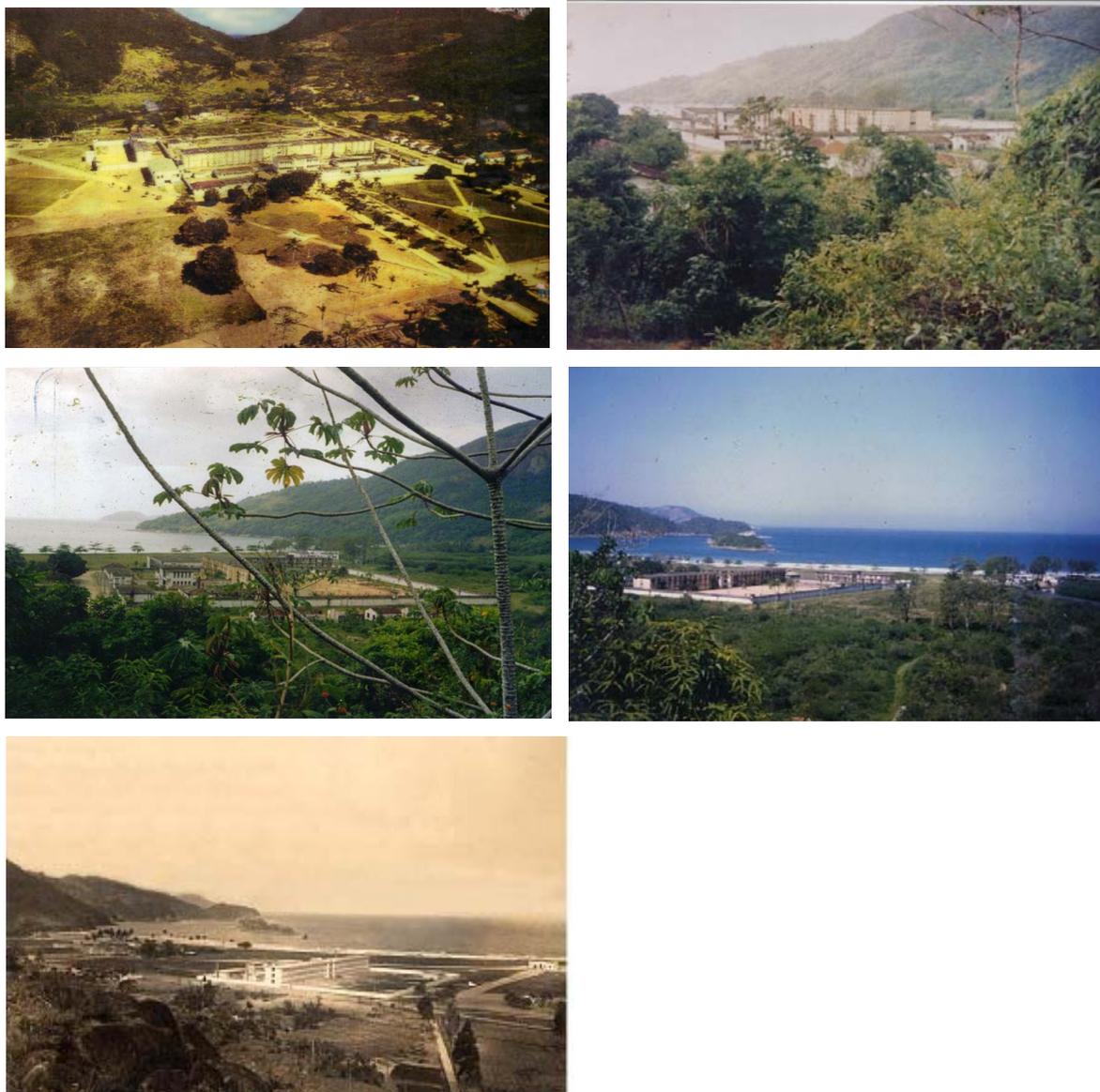


Figura 17 : Fotografias da Penitenciária Cândido Mendes (Diferentes perspectivas). Fonte: acervo NEPPT(quatro primeiras fotos - cedidas pelos moradores) e www.ilhagrande.org.br; (última foto).

Segundo Sepúlveda (2007; p. 54)

De fato, ao longo de cem anos, as colônias correccionais, prisões e penitenciárias lá existentes sempre estiveram associadas às condições desumanas a que eram submetidos os internos: maus-tratos, assassinatos, estupros e toda forma de violência faziam parte do dia-a-dia dos presidiários.

Os relatos de Pereira (1994; p. 23) também acrescentam no entendimento do cotidiano da prisão e da dinâmica social da Ilha Grande

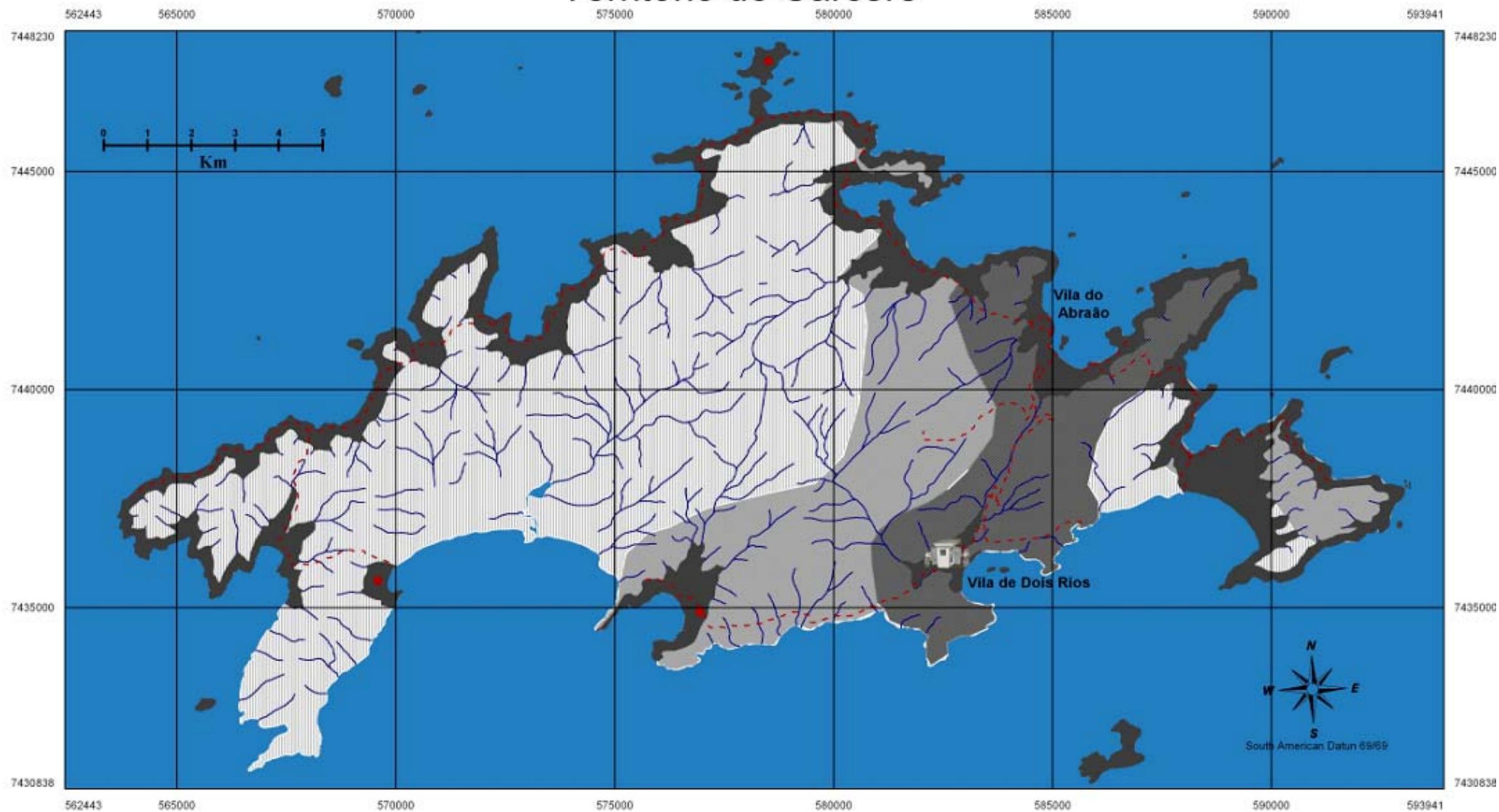
Os presos da Penitenciária Cândido Mendes eram rotulados como “coloniais”, e eram respeitados por todos os internos das cadeias do continente. Quando transferidos, passavam a liderar os demais, sentindo-se orgulhosos pelo título conquistado no último estágio da criminalidade. Desse modo, criou-se um estigma em toda a massa carcerária, constituindo “castigo” o interno relacionado para embarque na Ilha Grande. O medo era tamanho que muitos chegaram ao suicídio quando souberam de suas transferências para a Penitenciária Cândido Mendes. Posteriormente, os inspetores só revelavam os nomes dos internos na hora do embarque .

O IPCM chegou a ser considerado uma prisão de segurança máxima, graças aos obstáculos que impediam a fuga: distância do continente, floresta densa e fechada e o mar circundante. Os poucos aventureiros que se arriscavam não obtinham êxito, porém com a evolução dos meios de comunicação, transporte, a comunicação entre presos e o planejamento, as fugas tornaram-se mais fácil.

Além do rígido controle sobre os internos, a presença da instituição carcerária na vila exigia, também, forte controle sobre a população local e os visitantes dos internos que desembarcavam na Ilha (CADEI, 2004). Esse controle era efetivado através da rígida organização espacial da vila.

Com base em análises documentais e entrevistas com antigos funcionários do presídio e moradores da Ilha Grande foi possível delimitar a área de influência do presídio, a partir de três grandes seções como representada no mapa 04.

Território do Cárcere



- Legenda**
- Instituto Penal Cândido Mendes
 - Vilas e comunidades
 - Área de Influência Direta do presídio
 - Área de Influência Indireta do presídio
 - Área de Influência Remota do presídio
 - Trilhas da Ilha Grande
 - Pontos de controle (Rota de fuga)

Elaborado por Thais Xavier a partir da base digital 1:25.000 da Prefeitura de Angra dos Reis disponível para download em www.angra.rj.gov.br.

Mapa 4: Mapa do território do cárcere

A primeira seção representa a área de influência direta do presídio, abrangendo as praias do Funil, Preta, Abraão, Do Abraãozinho, Da Júlia, Do Cais, Do Morcego e Dois Rios. Nesta área o policiamento se dava de maneira intensiva com rígido controle e monitoramento do trânsito de pessoas e carros. A chegada era pela vila do Abraão, onde era feito o desembarque dos alimentos e pessoas que eram encaminhadas aos caminhões em direção ao presídio. A maioria dos que desembarcavam eram presos e/ou funcionários, mas era comum a chegada de visitantes dos presidiários, que eram sempre revistados antes de seguir viagem.

A segunda seção representa a área de influência indireta, caracterizada pelo fluxo constante envolvendo de alguma maneira o presídio, abrangendo as praias de Freguesia de Santana, Saco do Céu, Da Feiticeira, Caixa d'áço, Das Palmas, Do Castelhana e Parnaioca. Na vila de Parnaioca, os alimentos produzidos pela população eram vendidos ao presídio, além da luz que saía do presídio e era fornecida para a comunidade e, em Caixa d'áço, além da luz fornecida havia a existência de muitas residências de moradores e presos que se deslocavam diariamente para trabalhar no presídio.

A terceira seção representa a área de influencia remota, onde a interferência do presídio era pouco sentida no cotidiano dos moradores, abrange as praias de Provetá, Bananal Pequeno, Bananal, Matariz, Sítio Forte, Japarís, Longa, Vermelha, Araçatiba e Aventureiro. Destaca-se a vila de Aventureiro que apesar de ser significativa do ponto de vista populacional, devido principalmente à distância e a pouca comunicação, essa área desenvolveu-se isolada com pouca interferência do presídio.

Na vila de Provetá havia pouca fiscalização e essa área era bastante procurada pelos presos nas fugas, que constantemente assaltavam os moradores roubando barcos na tentativa de chegar ao continente. Nesses momentos, a população era solidária ao presídio ajudando os policiais na captura dos presos. Essa ajuda era fundamental, pois os moradores eram excelentes

guias e caçadores dos fugitivos, já que conheciam profundamente a Ilha. Os noticiários anunciavam constantemente o terror vivido pelas comunidades conforme as matérias publicadas pelos jornais do Rio de Janeiro (Pereira, 1994; p. 45).

Fuga na Ilha Grande ameaça Vila dos Pescadores.

As constantes fugas do Instituto Penal Cândido Mendes na Ilha Grande estão amedrontando quatro mil habitantes na vila de Provetá, um lugarejo no extremo sul da Ilha. É ali que os presos se dirigem nas fugas em busca de um dos cinquenta barcos de pesca de médio e grande porte existentes na vila, único meio para os fugitivos alcançarem o continente. Mais de uma dezena de fugitivos estão escondidos na mata, e quarta-feira dois deles seqüestraram um barqueiro na praia de Japarís para levá-los até o continente.

3.3. Dinâmica e relações socioespaciais na comunidade de Dois Rios

A dinâmica de ocupação em Dois Rios na época do presídio possibilitou um ordenamento territorial com características singulares. O Instituto Penal Cândido Mendes enquanto em atividade, era o grande organizador do espaço e, por conseqüência, de boa parte das relações sócio-econômicas na Ilha Grande. O funcionamento do presídio fazia do Estado (nível estadual), necessariamente, o principal agente delimitador/definidor de uso e ocupação, submetendo à sua ação não só o território, mas também as relações pessoais/sociais da comunidade de Dois Rios e da Ilha Grande

A comunidade da vila de Dois Rios era constituída de agentes penitenciários, policiais militares, esposas e filhos, alcançando um total de cento e vinte e sete pessoas ligadas de alguma forma ao presídio. Além dos quase setecentos internos e mais os colonos livres, que com suas famílias somavam em torno de quinhentos e quarenta pessoas vivendo em casas construídas pelos próprios presos ou invadidas, situadas nos acessos ao Saco da sardinha e a praia de Parnaioca

(PEREIRA, 1994).

O presídio propiciava emprego, lazer, educação e assistência médica, sendo grande o auxílio prestado pelos agentes penitenciários e policiais militares aos moradores da Vila de Dois Rios. O moradores solicitavam os agentes e policiais para atendimentos (dentista, enfermeiro e médicos); além disso eram oferecidos serviços de lazer (salas de cinema e espetáculos beneficentes)(CADEI, 2004).

Segundo entrevistas com os antigos moradores, a população da vila de Dois Rios pode ser agrupadas em quatro grupos distintos: os presos comuns, os colonos livres, os agentes penitenciários e os policiais. Os agentes penitenciários diferenciavam-se dos policiais militares pela função e pela área que ocupavam na vila: os agentes ocupavam o “centro” (área atual do presídio), os policiais a “vila” (ao norte do presídio) seguindo a estrada da praia de Caixa d’áço. Esses espaços eram rígidos como a própria ordem imposta pelo presídio. Se um policial deseja-se ir ao centro de convenções (Cassino) no “centro”, deveria ser convidado por um agente penitenciário.

Os presos, por outro lado, formavam divisões internas dentro do presídio. Os presos políticos, que chegaram na Ilha a partir de 1968 enquadrados na Lei de Segurança Nacional, que outrora trouxeram fama ao presídio permaneceram até 1975, ano em que foram transferidos para o presídio Talavera Bruce. Com a manutenção dos presos políticos no mesmo lugar que os presos verificou-se uma evolução no espaço prisional e a instituição de um conjunto de normas visando uma diferenciação da “bandagem” e a garantia de suas integridades físicas e a relação de poder e contra-poder com os diretores do presídio.

Desta forma, os presos passaram a se organizar e a criar grupos diferenciados: havia os presos comuns e os colonos livres. Os colonos livres tinham tratamento distinto dos seus

companheiros comuns. Moravam fora da cadeia com suas famílias. Constituíam-se de lideranças do comando vermelho com grande poder de organização e manipulação da massa carcerária. Não era imposto o exercício braçal, suas funções eram proteger o diretor do presídio e manter a “ordem” dos internos evitando rebeliões. Para isso exigiam regalias, tais como, festas de confraternização, cigarros entre outros (Figura 18).

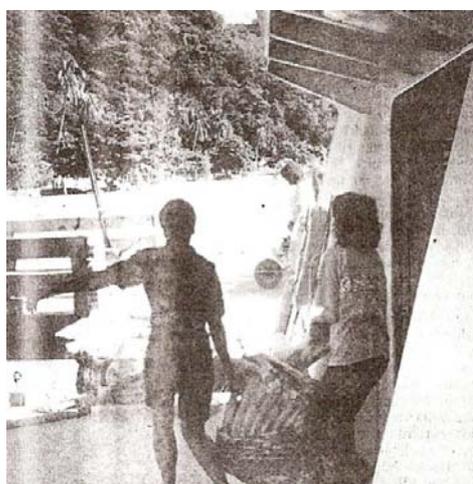


Figura 18: Festas no presídio. Parentes dos presos levaram a carne comprada pelo comando para confraternização. A festa reuniu mais de mil pessoas inclusive o diretor do presídio. Fonte: O Dia 26/05/93.

Já os presos comuns exerciam atividades muito variadas: trabalhavam na manutenção da estrada (figura 19), na horta, na criação de porcos, cavalos e bois (estima-se que existiam uns 200 porcos, estes eram consumidos em épocas festivas). Os bois serviam na produção de leite que era consumida tanto pelos agentes como pelos presos. Havia ainda a produção de pedra (britadeira) que era usada na fabricação de tijolos (olaria) e produção de energia. Alguns alimentos como mandioca e peixe eram obtidos da comunidade próxima (Parnaioca) ou pescados e cultivados pelos próprios presos.

Os peixes eram vendidos para a população local (Figura 20). A energia produzida pela usina hidrelétrica e pelo gerador a diesel era enviada para Abraão (vila portuária e principal vila

de ligação entre o continente e vila Dois Rios). As embarcações que chegavam a Dois Rios tinham que ser autorizadas e programadas, pois a passagem de barcos na orla da Vila era expressamente proibida (Figura 21 e 22).



Figura 19: Presos trabalhando na manutenção da estrada.
Fonte: www.ilhagrande.org.br



Figura 20: Trabalho na comunidade de Dois Rios. A pesca era uma importante atividade na comunidade . Fonte: www.ilhagrande.org.br

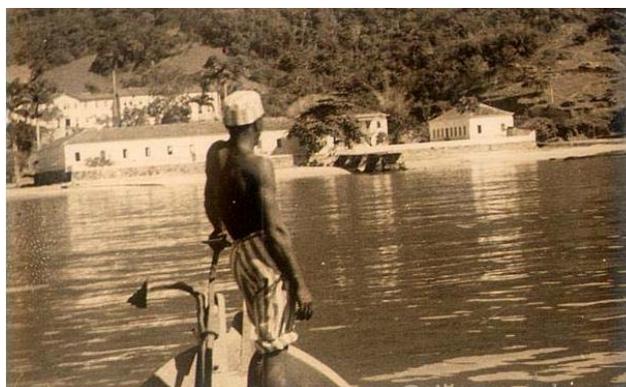


Figura 21 : Chegada de presos na vila de Abraão .
Fonte: www.ilhagrande.org.br

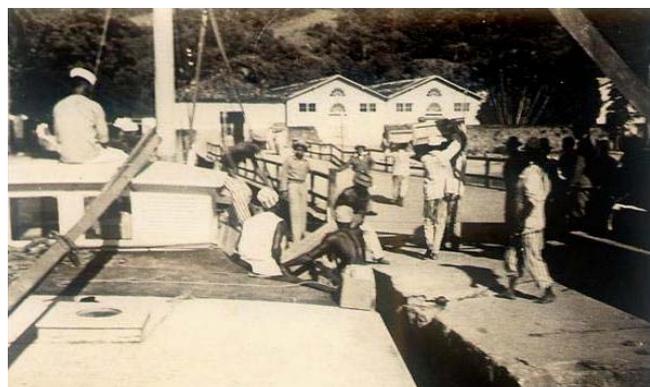


Figura 22: Desembarque no porto de Abraão. Fonte: www.ilhagrande.org.br

Pereira (1994, p. 40) aponta a falta de interação entre as famílias dos presos e dos funcionários do presídio na vila de Dois Rios. “Os filhos dos internos se recusavam a freqüentar a escola Júlio Maria, o único estabelecimento de ensino no local. Assim, os líderes do Comando Vermelho fundaram uma própria escola em frente ao presídio, sendo um interno o professor”.

Grande parte da população da Vila Dois Rios é ainda hoje composta de policiais e guardas penitenciários que foram funcionários da antigo Instituto Penal Cândido Mendes. De modo geral, eles gostam de falar do passado, de contar histórias e narrar como era a vida no tempo da prisão. Para os policiais e agentes penitenciários, o passado remete a lembranças saudosas de uma época de orgulho da carreira e das façanhas nas capturas dos presos fugitivos, além da tranqüilidade da vila estabelecida pelas rígidas regras do presídio.

3.4. A desativação do presídio

O Instituto Penal Cândido Mendes possuía uma área construída de 9.000m² . Além da base física possuía instalações de suporte ao seu funcionamento como a britadeira, a usina de eletricidade, dentre outros.

A existência da penitenciária já há muito tempo incomodava o governo estadual, principalmente, na administração do governador Leonel Brizola, já que todas as suas tentativas de acabar com a prisão nas suas duas administrações foram em vão. Os relatos amplamente publicados nos veículos de comunicação de arbitrariedades e abusos cometidos por policiais e agentes penitenciários aos presos fortaleceram os argumentos do governador da necessidade da desativação da prisão.

Desse modo, disposto a não investir mais em obras no local, e em posse, também, de um relatório da ONU condenando a manutenção de presídios em ilhas e com uma concorrência internacional aberta para a exploração do turismo na Ilha Grande, o governador decidiu por implodir o presídio (Jornal O Globo, 17/05/1992).

Em reportagem publicada no Jornal O Dia em 3 de abril de 1991, o governador afirmava que o Instituto Penal Cândido Mendes era um símbolo da natureza autoritária do país, além de